

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Gaspar Acacio Oliveira Santana

ANÁLISE DE FATORES CRÍTICOS NAS AÇÕES DA EMATER/RS,  
COMO FORMA DE AGREGAÇÃO DE VALOR AO MEIO RURAL  
ATRAVÉS DO TURISMO RURAL, NA MICRORREGIÃO DA  
FRONTEIRA GAÚCHA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO  
PERÍODO DE 2008 A 2012

Porto Alegre

Julho de 2013



**Gaspar Acacio Oliveira Santana**

**ANÁLISE DE FATORES CRÍTICOS NAS AÇÕES DA EMATER/RS,  
COMO FORMA DE AGREGAÇÃO DE VALOR AO MEIO RURAL  
ATRAVÉS DO TURISMO RURAL, NA MICRORREGIÃO DA  
FRONTEIRA GAÚCHA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO  
PERÍODO DE 2008 A 2012**

**Trabalho de Conclusão de Curso de graduação  
apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas  
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como  
requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em  
Administração.**

**Orientador: Prof. Clezio Saldanha dos Santos**

**Porto Alegre**

**Julho de 2013**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais pelos valores, oportunidade de educação e amor que dedicaram em todos os momentos de minha vida.

À minha esposa Ana Luísa e aos meus filhos André e Marcela pelo amor, tolerância, companhia constante e cumplicidade em toda a trajetória familiar e durante esta graduação.

Aos meus familiares e amigos, pelo que construímos juntos em cada um e todos os momentos de convivência.

A todos professores, mestres e funcionários da UFRGS que ao longo de minha vida estudantil e profissional ajudaram na construção do meu conhecimento e da sabedoria de torná-los úteis à sociedade como um todo.

A todos profissionais que auxiliaram em minhas pesquisas seja respondendo as enquetes diretamente, seja prestando informações que permitiram qualificar este trabalho.

Ao meu orientador Professor Clezio Saldanha dos Santos pela sabedoria e tolerância no processo de orientação, com sua capacidade de saber que somente com a construção de cada parte é possível ter a obra completa, e que sem o começo não haverá fim.

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar fatores críticos nas ações da EMATER/RS no Turismo Rural no processo de desenvolvimento de rotas e roteiros turísticos, na cidade de Santana do Livramento no Estado do Rio Grande do Sul, identificando as ações da EMATER/RS desenvolvidas no processo de apoio a criação, qualificação, promoção e comercialização de rotas e roteiros turísticos, identificando e analisando impactos dos fatores críticos nesse processo e, a partir da análise dos documentos, propor ações de melhoria no mesmo. A metodologia para o desenvolvimento deste estudo foi a pesquisa descritiva, qualitativa e quantitativa. Os procedimentos foram pesquisa bibliográfica, documental, e na coleta de dados utilizou-se o questionário, com entrevistas semi-estruturadas e abertas. Os resultados obtidos indicam que a EMATER/RS, apesar de ter a prerrogativa de apoio na implementação de políticas públicas, principalmente no setor rural do Rio Grande do Sul, no caso do turismo rural na região em estudo, tem tido uma ação relativamente ineficaz, se comparada a outras regiões do Estado. A coincidente estrutura de fatores críticos no processo de criação, qualificação, promoção e comercialização de rotas e roteiros turísticos com os passos para roteirização no turismo rural proposto pelo Ministério do Turismo, apontam para a necessidade da observância destes fatores críticos para o sucesso de um roteiro turístico. Outros pontos críticos observados foram os problemas de alinhamento entre os setores público e privado para a efetiva implementação de políticas públicas, a necessidade de maior intensidade de estudos científicos do turismo rural e pesquisa de mercado, e a maior participação do setor privado no financiamento de projetos de turismo rural.

Palavras-chave: turismo; turismo rural, roteirização, planejamento do turismo.

## LISTA DE QUADROS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 - Localização da APA do Ibirapuitã no Bioma Pampa</b> -----	<b>13</b>
<b>Figura 2 - APA do Ibirapuitã e municípios componentes</b> -----	<b>13</b>
<b>Figura 3 - Esquema Simplificado de um Planejamento Estratégico</b> -----	<b>18</b>
<b>Figura 4 - Fluxo do Planejamento</b> -----	<b>19</b>
<b>Quadro 1 - Componentes relacionados ao Fluxo do Planejamento</b> -----	<b>20</b>
<b>Quadro 2 - Impactos positivos e negativos decorrentes de atividades turísticas</b> -----	<b>45</b>
<b>Tabela 1 - Relatório de atividades em turismo rural da EMATER/RS 2008 a 2012</b> -----	<b>50</b>
<b>Tabela 2 - Relatório de atividades em turismo rural da EMATER/RS – Regional Bagé 2012</b> -----	<b>51</b>
<b>Figura 5 - Folder do Roteiro Turístico Martin Fierro</b> -----	<b>58</b>
<b>Figura 6 - Interrelações entre os diversos atores e setores dos destinos de Turismo Rural</b> -----	<b>60</b>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
1.1	CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	8
1.2	DEFINIÇÃO DO TEMA	14
1.3	JUSTIFICATIVA	22
1.4	OBJETIVOS	22
<b>1.4.1</b>	<b>Objetivo Geral</b>	<b>22</b>
<b>1.4.2</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>23</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>23</b>
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	24
2.2	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	24
2.3	ELABORAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS	28
<b>2.3.1</b>	<b>Criação e qualificação do roteiro turístico</b>	<b>30</b>
2.3.1.1	Envolvimento dos atores	33
2.3.1.2	Definição de competências e funções	34
2.3.1.3	Avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos	36
2.3.1.4	Análise de mercado e definição de segmentos	36
2.3.1.5	Identificação dos possíveis impactos socioculturais, ambientais e econômicos	38
2.3.1.6	Elaboração do roteiro específico	39
2.3.1.7	Levantamento das ações necessárias para a implementação do roteiro turístico	40
2.3.1.8	Fixação dos preços a serem cobrados e teste do roteiro turístico	41
2.3.1.9	Qualificação dos serviços turísticos	42

<b>2.3.2</b>	<b>Promoção e comercialização do roteiro turístico</b>	<b>43</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Monitoria e avaliação</b>	<b>44</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS DE PESQUISA</b>	<b>45</b>
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS</b>	<b>47</b>
<b>4.1</b>	<b>AValiação DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>52</b>
<b>4.2</b>	<b>ROTEIROS TURÍSTICOS NA MICRORREGIÃO DA FRONTEIRA DO RS</b>	<b>54</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÓES</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>62</b>
	<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA A EMATER/RS – GERÊNCIAS E CHEFIAS</b>	
		<b>66</b>
	<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA A EMATER/RS SANTANA DO</b>	
	<b>LIVRAMENTO</b>	<b>68</b>
	<b>APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA OS EMPREENDEDORES RURAIS</b>	
		<b>70</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A gestão sustentável de recursos naturais, a valorização e preservação da identidade cultural de populações nos mais diversos recantos da Terra e a preservação da vida no planeta, têm se caracterizado como assuntos de extrema importância neste mundo desenvolvimentista e globalizado.

O Brasil, com suas características privilegiadas em relação ao potencial produtivo extrativista e agrícola, as suas reservas e riquezas naturais, a sua biodiversidade e a sua ampla diversidade cultural, tem o dever e a oportunidade de participar deste processo de forma imperiosa, buscando políticas abrangentes e eficazes de promoção de mudanças que possibilitem ao país desenvolvimento socioeconômico sustentável, com evidente necessidade de investimentos em educação e conservação ambiental, e apoio efetivo às diversas culturas e modos de ser e agir das diferentes expressões de grupos humanos no seu território.

O desenvolvimento efervescente da atividade turística no país, considerada como uma das atividades que mais movimenta o processo de geração de empregos e renda no mundo, sustentando-se através da gestão sustentável dos recursos naturais, valorização dos patrimônios cultural e educacional aonde se desenvolve.

Exatamente em razão de seu caráter dinâmico, somado as necessidades atuais de promoção do desenvolvimento com sustentabilidade, novos segmentos surgem no turismo, dentre os quais desponta, de forma promissora e com incontestável potencial em nosso país, o Turismo Rural.

Como já ocorre em outros países, o Turismo Rural pode ser um importante estímulo a novas fontes de trabalho e renda, através da complementação das diversas atividades produtivas no meio rural. Além disso ainda pode ser um importante veículo de integração do meio urbano com o meio rural, possibilitando trocas de experiências socioculturais que estimulam um enriquecimento humano e que podem levar a um processo de sustentabilidade no desenvolvimento regional e na preservação do patrimônio natural e cultural.

Estas características são a base para a atuação da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS, como apoiadora junto às atividades de turismo rural no Estado do Rio Grande do Sul, particularmente na região do Pampa Gaúcho, onde se insere a Microrregião Turística da Fronteira Gaúcha e o município de Santana do Livramento.

## 1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A atividade extensionista no Brasil teve início na década de 20, na Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV), em Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Viçosa. Diversos empreendimentos extensionistas foram tentados desde então, até o final da década de 40, como as Semanas do Fazendeiro, Semanas Ruralistas, Postos Agropecuários e as Missões Rurais.

A primeira experiência extensionista de campo válida teve lugar no interior de São Paulo, a partir de outubro de 1948. Em dezembro do mesmo ano de 1948, influenciada por essa experiência de São Paulo, foi criada, em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR. Desde a fundação da ACARMG, outras instituições de extensão rural foram criadas em todo o Brasil, na década de 50, seguindo um modelo difundido pelo governo norte-americano.

A fundação da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR - no Rio Grande do Sul ocorreu em 1955, após a assinatura de um convênio entre os governos norte-americano e brasileiro para a criação do Escritório Técnico de Agricultura-ETA, que visava a execução de projetos de desenvolvimento agropecuário do país, sendo esses projetos considerados responsáveis pela instalação dos serviços de extensão rural na Região Sul.

Nesta região, os aspectos econômicos caminhavam na frente dos problemas sociais, em função disso os “especialistas” davam mais importância ao uso dos métodos tradicionais de extensão rural visando a solução de problemas técnicos e econômicos ligados ao aumento da produtividade das lavouras, criações e conservação de solo. Complementarmente, as Agentes em Extensão e Economia Doméstica (AEED) atuavam com as atividades chamadas de Bem Estar Social, desenvolvendo práticas nas áreas de Administração do Lar, Alimentação, Saúde, Educação, Habitação, Recreação, Organização de grupos e comunidades, bem como a Capacitação e a formação de lideranças.

O objetivo da extensão, nos primeiros tempos, estabelecido a partir de enfoques teóricos sobre desenvolvimento rural, era diminuir a pobreza rural, vista como decorrência da ignorância e da resistência às mudanças que caracterizariam os agricultores. Se dizia que a extensão rural deveria introduzir novos conhecimentos para que os agricultores e suas famílias mudassem sua mentalidade

a ponto de tornarem-se receptivos aos meios preconizados para melhorar as atividades agrícolas e domésticas.

Entre os anos 60 e final dos anos 70, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) estatal teve por objetivo principal o aumento da produção agrícola através da transferência das tecnologias ditas modernas (insumos químicos e mecanização) na chamada Revolução Verde. O desenvolvimento geral das famílias e do setor rural seria uma decorrência direta do aumento da produtividade da terra e da mão-de-obra. Essa política visava ainda o aumento da produção de alimentos e de produtos de exportação.

Em 1972, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, empresa de pesquisa agropecuária e, em 1974, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, consolidando um sistema nacional de pesquisa, extensão rural e assistência técnica. Nesse período, a partir do golpe militar de 1964, passaram a ser reprimidas as ações organizadas no meio rural, assim como as ações de formação de lideranças.

Após a criação da EMBRATER, em 1977, foi criada a EMATER/RS no Rio Grande do Sul, desencadeando um processo de incorporação da ASCAR/RS à EMATER/RS. Em 1980, cancelado o processo de liquidação da ASCAR /RS, foi estabelecido um Protocolo Conjunto com a EMATER/RS articulando as atividades das duas entidades, sem alteração da constituição básica de qualquer delas, que passariam a desenvolver suas atividades de forma solidária e justaposta.

Na década seguinte, de 1980 a 1990, houve formação e reorganização de movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais- MMTR, Organização das mulheres trabalhadoras rurais através da FETAG-Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, dentre outros) com conseqüências no trabalho da extensão rural.

Tomou corpo as críticas ao modelo tecnológico adotado pela Revolução Verde, tanto sob o ponto de vista ambiental (questionamentos ao uso de agrotóxicos, à mecanização, à monocultura) quanto sócio-econômico, pela diferenciação social ocorrida no período, com o empobrecimento de segmentos significativos da agricultura familiar, processos crescentes de expulsão da terra, aumento do grau de dependência dos agricultores a agentes externos, etc., mostrando o lado perverso do "milagre econômico".

Essas transformações ocorridas, aliadas ao início da redemocratização do país, à escassez de recursos para custeio das atividades e à intensificação das cobranças sobre a efetividade dos serviços prestados, fizeram surgir o movimento "Repensar da Extensão Rural", propondo refletir, criticamente, sobre o papel que a extensão rural vinha desempenhando nessa realidade e apresentar propostas.

A onda de ideologia neoliberal, nos anos 80 e 90, pregou o "Estado Mínimo" e a aceitação deste modelo coincide com a pós-derrocada do Estado comunista. Entretanto, a existência do Estado Mínimo pareceu um desejo irrealizável, principalmente nos países em desenvolvimento, onde a implantação de políticas públicas tem um papel fundamental e estratégico como forma de minimizar os problemas relacionados à pobreza e ao mesmo tempo tornar estes países participantes da economia de mercado globalizada (CUNHA, 2006).

Dos anos 90 até o momento atual, influenciada por transformações nos âmbitos local e global que pressionaram o setor agropecuário a ser competitivo em qualidade e custos de produção e os países a organizarem-se em blocos econômicos, a extensão rural vem vivenciando grandes mudanças, buscando formas de enfrentamento às crises socioeconômicas e ambientais e aos seus impactos sobre o meio rural. Entretanto, verifica-se uma contradição difícil de ser superada visto que ao mesmo tempo em que se pede um crescimento competitivo, se reconhece, de forma consensual, a urgente necessidade de se alcançar um crescimento com equidade. Em que pese que parcela significativa dos segmentos produtivos da agropecuária apresentar-se em permanente vulnerabilidade à exclusão, pois estão desprovidos, total ou parcialmente, dos meios de produção, a extensão rural tem sido incumbida de refrear o processo de marginalização. Em parceria, a extensão rural busca a construção de políticas públicas, implementando condições que possibilitem as transformações da realidade sob uma perspectiva de inclusão social.

Em seu planejamento estratégico, a EMATER/RS procura consolidar caminhos para enfrentar estas questões, como bem denotam sua Missão e Visão:

Missão - Promover o Desenvolvimento Rural Sustentável por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, visando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações e criando condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.

Visão - Ser uma instituição de referência em Assistência Técnica e Extensão Rural, bem como na prestação de serviços de Classificação e Certificação, reconhecida pela excelência da qualidade de seus trabalhos

voltados à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável (EMATER, 2011a, p.13).

Fica evidenciado que a EMATER/RS tem um papel vital no apoio à produção de alimentos, os quais devem ser produzidos incorporando patamares crescentes de sustentabilidade nas formas de manejo dos agroecossistemas, a partir de um enfoque sistêmico e respeitando a diversidade ecológica e cultural das distintas regiões.

Especificamente com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), com o objetivo da prestação de serviços de ATER para agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, pescadores artesanais, aquicultores, indígenas, quilombolas, foram definidas como prioridades:

- O Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar;
- A Irrigação e Usos Múltiplos da Água;
- A Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas;
- A Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural;
- A Assistência Técnica a cooperativas no Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo Rural Gaúcho (EMATER, 2012, p.10).

Os Escritórios Municipais de Extensão Rural da EMATER/RS estão presentes na maioria dos municípios do Estado. Mais de 480 municípios do Estado contam com os serviços de assistência técnica e extensão rural por intermédio de unidades locais de atendimento. Essa expressiva capilaridade é complementada por unidades de Classificação e Certificação de produtos vegetais, laboratórios de Análises e de Geoprocessamento, Centros de Treinamento e Escritórios Regionais e Central que coordenam e supervisionam as ações no Rio Grande do Sul.

O escritório regional de Bagé, com sede no município de Bagé, tem sob sua coordenação as ações sobre os maiores municípios em extensão do Estado, com baixa densidade demográfica no campo e grande percentual de população urbana. Na totalidade são 20 municípios (Aceguá, Alegrete, Bagé, Barra do Quaraí, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Itacurubi, Itaqui, Lavras do Sul, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana) que apresentam

cerca de 80% das propriedades rurais com menos de 200 ha, correspondente a 20% da área total. A economia da Região baseia-se na produção primária de carne, lã, leite e na cultura do arroz. Outras alternativas produtivas são o plantio da soja e do sorgo, a fruticultura, a olericultura, a apicultura e a piscicultura.

A EMATER/RS de Bagé assiste aproximadamente 12 mil famílias de agricultores familiares, 10 mil famílias de pecuaristas familiares, três mil famílias de agricultores assentados, 400 famílias de pescadores artesanais, 128 famílias quilombolas e 10 famílias indígenas.

Os principais eixos estão nas seguintes atividades: Pecuária Familiar, Bovinocultura de Leite, Florestamento, Fruticultura, Reforma Agrária, Gestão Ambiental, Promoção Social.

Esta regional coincide com a região turística denominada região Pampa Gaúcho, e que compreende a Microrregião Campanha e Microrregião Fronteira Gaúcha, onde está situado o município de Santana do Livramento.

Santana do Livramento possui uma área de 6 950,370 km<sup>2</sup>, com uma população urbana de 74.440 habitantes e uma população rural de 8.073 habitantes (IBGE/2010) distribuída em mais de 2.500 estabelecimentos rurais, sendo atendido pelo escritório municipal da EMATER/RS de Santana do Livramento.

O município de Santana do Livramento, segundo Aguiar (2011), tem uma estrutura agrária que ainda demonstra que existe uma grande concentração de terras na região. Embora os estabelecimentos de até 100 hectares representem 72,90% do total, ocupam somente 23,80% da área da região. E as propriedades com mais de 500 hectares representam apenas 10,40% do total, porém ocupam cerca de 53,20% da extensão rural da região. A autora ainda destaca que os estabelecimentos de 100 a 500 hectares representam 16,80% e, e ocupam 22,90% do total da extensão rural do município.

Santana do Livramento tem entre 5% e 15% do total da área rural ocupada por assentamentos, contando, de acordo com Aguiar (2011), com 31 projetos de assentamentos, povoados por cerca de 1.000 famílias assentadas em 26.257 hectares de terras. Isto tem determinado diversas alterações sócio-econômicas no município, tanto em nível público quanto privado.

Nesta regional também encontra-se a Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã, com uma extensão de 316.883 ha representativos do Bioma Pampa,

distribuída pelos municípios de Alegrete/RS (15%), Quaraí/RS (12%), Rosário do Sul/RS (16%) e Santana do Livramento/RS (57%) (Figura 1 e 2).

**Fig. 1 – Localização da APA do Ibirapuitã no Bioma Pampa e municípios componentes**



Fonte – Adaptado de Silva (2011)

**Fig. 2 – APA do Ibirapuitã e municípios componentes**



Fonte – Adaptado de Silva (2011)

## 1.2 DEFINIÇÃO DO TEMA

Através de seu PLANO ANUAL DE TRABALHO – PAT – 2012, a EMATER/RS apresenta as principais atividades a serem executadas junto aos agricultores familiares, incluindo comunidades indígenas e quilombolas, pecuaristas familiares e pescadores artesanais, distribuídos em cerca de 11.972 localidades rurais, 492 municípios do estado do Rio Grande do Sul, distribuídos nos seus dez Escritórios Regionais (EMATER, 2011b, p.9).

As atividades planejadas têm como foco a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social, a promoção da cidadania das famílias rurais e a sustentabilidade ambiental.

A EMATER é a principal executora das políticas agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul, atendendo 75% dos agricultores familiares, aproximadamente 280 mil famílias de pequenos produtores rurais, e estando presente em 99% dos municípios. A agricultura representa aproximadamente 50% do PIB do Estado, sendo 26% proveniente da agricultura familiar.

Dentre os objetivos da EMATER/RS, “Contribuir para a formulação, implantação e consolidação das políticas públicas, nos níveis federal, estadual e municipal, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar” tem um destaque especial para a definição do tema deste trabalho (EMATER, 2011a, p.14).

Para o Departamento de Estudos Sócio - Econômicos Rurais (DESER), a gestão das políticas públicas deve ser social, não podendo servir a interesses pessoais e particulares. O público beneficiário deve participar, diretamente ou através de suas organizações, na elaboração, definição, fiscalização e avaliação. Para essa entidade, “política pública” é definida como “[...] um conjunto de ações organizadas e planejadas, realizadas com recursos públicos e que tem como objetivo atender as necessidades e demandas da população.” (DESER, 2000, p. 5-6).

Dentre as diversas ações técnicas de implementação de políticas públicas pela EMATER/RS, e dentro do objetivo acima citado, temos algumas que tem se caracterizado potencialmente como alternativas de renda e desenvolvimento sócio-econômico do produtor rural e que se caracterizam pela Agregação de Valor, Comercialização e Serviços no Meio Rural através do Turismo Rural.



Estão ações se amparam na Política Nacional de Turismo, em nível Federal, suportado pela Lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008, e pelo Decreto nº 7.381, de 02 de Dezembro de 2010, que a regulamenta. Em nível Estadual, a Lei nº 12.845, de 26 de novembro de 2007, instituiu a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural no Estado do Rio Grande do Sul.

Por definição, segundo Brasil (2006, p.49), turismo rural é um:

Conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

Em 2010, sob a coordenação da Secretaria Estadual de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, foi feita uma pesquisa com o objetivo de avaliar o nível de maturação do turismo rural gaúcho para o mercado, em âmbitos regionais e nacionais.

Um dos resultados desta pesquisa foi o diagnóstico da oferta de turismo no espaço rural gaúcho, onde foi traçado o perfil do empreendimento turístico em espaço rural no Rio Grande do Sul:

- São pequenas ou médias propriedades.
- Geridas pelas próprias famílias.
- Abastecem-se de insumos provindos da propriedade ou da comunidade local.
- Ainda não adotam práticas e alternativas sustentáveis.
- Ainda não utilizam a internet como forma de promoção.
- Participam de roteiros turísticos, mas a comercialização ainda é feita sem a intermediação de agências ou operadoras.

O objetivo da EMATER/RS, em relação ao turismo rural, é incentivar o desenvolvimento da atividade turística sob a ótica da sustentabilidade, de forma a valorizar a cultura local e promover a integração da comunidade, contribuindo para a consolidação da atividade como fonte de emprego e renda às famílias rurais, considerando a transversalidade, principalmente com as áreas do artesanato, da gastronomia, da agroindústria e da gestão ambiental, assim como as particularidades e demandas locais, e, ainda, estimular a participação da comunidade nas instâncias de gestão e na construção de políticas públicas para o turismo.

A atuação nesta área, no caso da EMATER/RS, se dá através das seguintes ações:

- Qualificação dos produtos associados ao turismo;
- Suporte necessário para que o público atendido desenvolva a atividade de forma legal, segura e sustentável;
- Promoção da melhoria da infra-estrutura e embelezamento das propriedades e arredores;
- Práticas de capacitação em hospitalidade, atendimento ao turista e boas práticas na manipulação e produção de alimentos;
- Composição de instâncias de gestão locais e incentivo a participação dos agricultores nesses grupos;
- Apoio a criação, qualificação, promoção e comercialização de rotas e roteiros turísticos. (EMATER, 2011a, p.13)

Neste sentido, para analisar as ações da EMATER no turismo rural, temos de entender o contexto em que se inserem e que serão fruto desta análise.

O Pampa estende-se por boa parte do Rio Grande do Sul, seguindo pela Argentina e pelo Uruguai, é um Bioma único no Mundo. Em nenhum outro lugar encontramos as espécies de plantas e de animais e tampouco as expressões socioculturais das populações associadas a essa região.

Voltando ao tempo, no resgate da história, a garra e a vontade de viver com o sonho de paz e liberdade do gaúcho fronteiriço encantam e emocionam todos aqueles que chegam à região.

Na Microrregião da Fronteira Gaúcha do Rio Grande do Sul, conforme classificação da Emater (2011b), e que, juntamente com a Microrregião da Campanha, está inserida na Região Pampa Gaúcho, classificação esta também utilizada em Rio Grande do Sul (2012) e Brasil (2009), as arquiteturas paisagísticas e urbanas, as antigas estâncias, as charqueadas, os haras e as formidáveis belezas naturais compõem o retrato vivo das diversas fases da história sul-riograndense, em meio às criações de bovinos, ovinos e equinos, possibilitando a vivência das lides campeiras com o sabor do verdadeiro churrasco.

No ecoturismo, as belas pradarias do bioma pampa e a diversidade da fauna e flora destacam-se no Cerro do Jarau, na Serra do Caverá, na Restinga do Ibirapuitã, nas Guaritas, com a possibilidade de conviver com a natureza

preservada, caminhadas, rapel e escaladas nos principais refúgios naturais, refúgios estes utilizados pelos que lutaram nas revoluções que foram travadas nessa Microrregião da Fronteira Gaúcha, como a Revolução Farroupilha e a Revolução Federalista, de 1893.

No turismo rural, além da observação dos diferentes modos do homem do campo trabalhando a terra e o manejo com o gado nas lidas campeiras, é possível se deliciar na culinária campeira com os diversos pratos como o espinhaço de ovelha, o carreteiro de charque e o saboroso churrasco, e nos doces, destacando-se a ambrosia, o arroz de leite e a variedade das compotas, entre tantos outros.

E no turismo cultural, tem-se a riqueza da história sul-rio-grandense, imortalizada nos prédios históricos, nos campos entrecortados por coxilhas e pradarias, onde foram protagonizados diversos feitos ocorridos durante a Revolução Farroupilha.

No folclore, a riqueza das manifestações culturais nas danças típicas e nos festivais tradicionalistas, e o artesanato em couro, lã e madeira, fazem da Fronteira Gaúcha uma região peculiar.

Entretanto, apesar de todos estes predicados regionais e a potencialidade existente, a exploração do Turismo Rural nesta região ainda é incipiente, carecendo de ações que realmente efetivem a agregação de valor às comunidades e, particularmente, aos pequenos e médios produtores rurais que caracterizam os empreendedores de base nesta atividade.

Apesar da evolução do monitoramento e avaliações de programas e políticas públicas no Brasil, apesar destas já existirem de forma sistemática nos países que tem a atividade de turismo rural bastante desenvolvida, estas ainda são muito modestas e tem seu reflexo nos avanços ainda lentos deste segmento do setor, particularmente na região do Pampa Gaúcho.

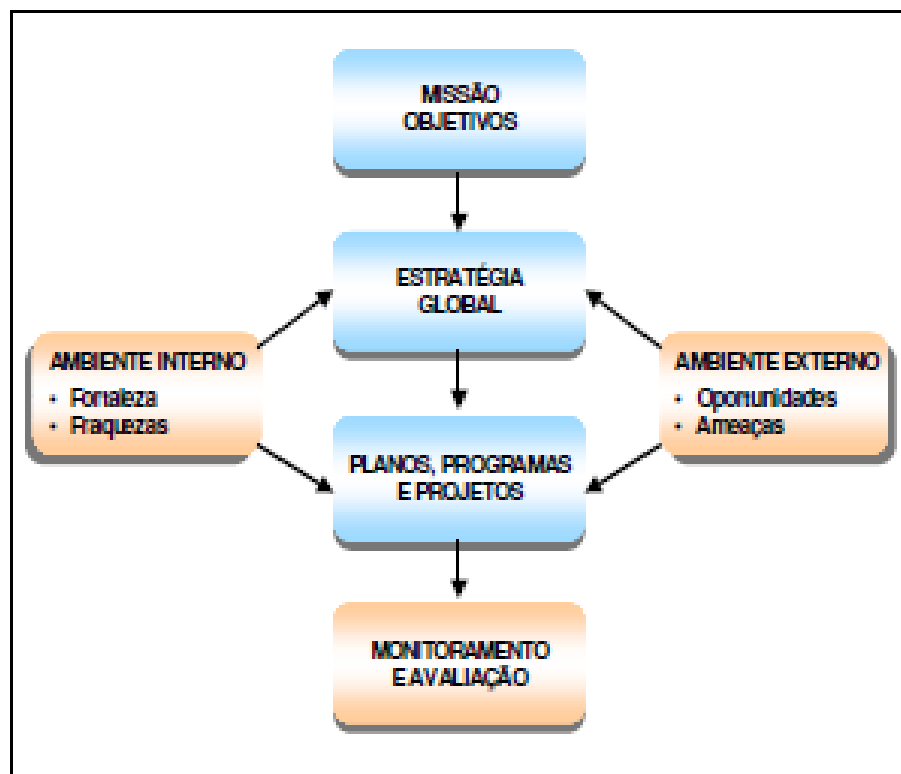
Como uma das causas e evidência desta situação, no próprio Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul, lançado em maio de 2012, há a previsão apenas de monitoramento das ações e metas em seus programas, e não um processo de avaliação formal como sugerido acima (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

A EMATER/RS, como partícipe ativa e específica em ações direcionadas ao meio rural e, particularmente, ao Turismo Rural, pode ser um ator essencial no desenvolvimento do Turismo Rural na Microrregião da Fronteira Gaúcha do Rio

Grande do Sul. Para tanto, as ações neste sentido, desenvolvidas por ela, devem ter sua eficiência e eficácia otimizadas através de avaliações críticas e sistemáticas dos fatores críticos que parecem interferir neste desenvolvimento.

Na Figura 3 temos um esquema simplificado de um Planejamento Estratégico, que parte da Missão institucional e seus objetivos, norteando uma Estratégia Global de Desenvolvimento, e sendo operacionalizado por meio de planos, programas e projetos. Nesse esquema, os projetos são construídos e executados, organizando e mobilizando intervenções humanas, a partir de uma análise situacional dos ambientes interno e externo, devendo ser monitorados e avaliados de acordo com a missão institucional proposta.

**Fig. 3 - Esquema Simplificado de um Planejamento Estratégico**



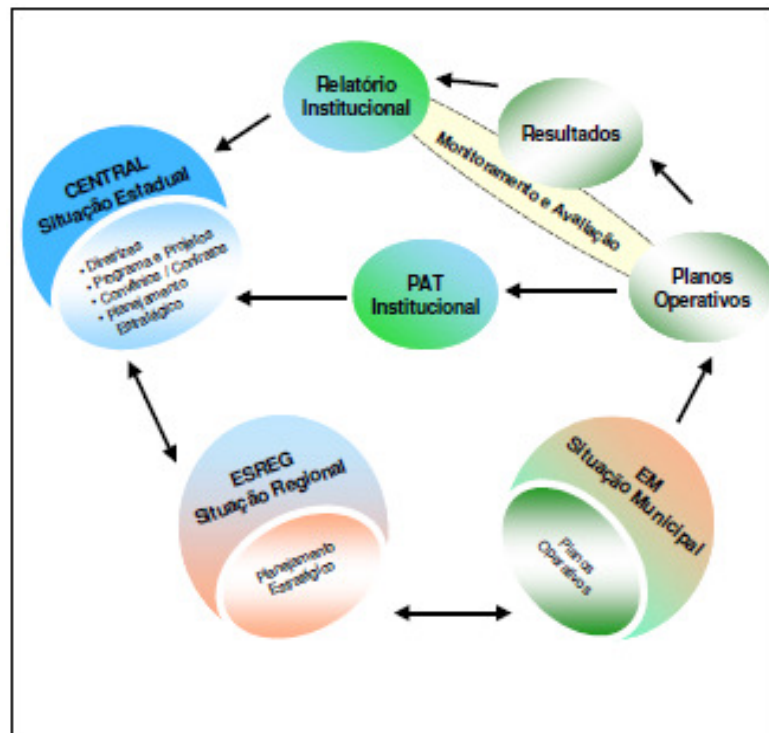
Fonte – Adaptado de Eckert e Trindade (2007)

Seguindo estes parâmetros, no planejamento da EMATER/RS, as estratégias regionais devem traduzir-se em planos, programas e projetos, que depois devem ser executados, e sua execução monitorada e avaliada, sendo recomendável que esses planos, programas e projetos tenham definição de objetivos, metas, metodologia de execução e custos. Cabe destacar que, se o objetivo é formular estratégias que efetivamente contribuam para o desenvolvimento rural sustentável, deve-se entender esse planejamento como um processo a ser construído com objetivos e

metas a longo prazo, alicerçados por objetivos e metas a atingir a médio e curto prazo. Planejamento é um processo, e as ações executadas ano a ano devem colaborar para atingir um objetivo dentro de um cenário de mais longo prazo (EMATER, 2007).

Dentre as diretrizes nesta publicação, o direcionamento das ações deve ser planejado de forma a envolver todas as esferas de influência no processo, conforme Figura 4.

Fig. 4 - Fluxo do Planejamento



Fonte - EMATER (2011a p.32)

Com base nisto, EMATER (2011a, p.32) enfatiza que este envolvimento deve observar os seguintes aspectos:

Também deve-se entender como um processo a integração e vinculação entre os planejamentos em nível das unidade locais como comunidade, grupo, associação ou cooperativa, com o planejamento municipal e com as estratégias definidas em um nível mais macro, seja o regional, o estadual e o federal. Os níveis de planejamento mais locais influem com demandas e com execuções de ações que vão repercutir no nível macro. Por sua vez, as instâncias mais abrangentes, através especialmente da definição de políticas públicas, também têm influência no planejamento e na execução de ações em nível local.

Essa interrelação entre os diferentes níveis de planejamento deve ser vista como positiva, ressaltando-se a necessidade de convergirem para um objetivo comum, qual seja, o desenvolvimento rural sustentável, visando o fortalecimento da agricultura familiar, o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, o que é a missão da EMATER/RS-ASCAR.

Este direcionamento está muito bem evidenciado no processo de planejamento (Quadro 1), entretanto, aparentemente há uma priorização das ações de monitoramento e registro destes resultados, sem ênfase num processo de avaliação formal dos mesmos.

**Quadro 1 – Componentes relacionados ao Fluxo do Planejamento**

**COMPONENTES RELACIONADOS AO FLUXO DE PLANEJAMENTO**

CENTRAL	REGIONAL		MUNICIPAL		
Situação Estadual	Situação Regional	Planejamento Estratégico	Situação Municipal	Planejamento Operativo / Comunidade	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diretrizes: Governo Estadual, Federal e Institucional</li> <li>▪ Programas / Projetos</li> <li>▪ Convênios / Contratos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diretrizes</li> <li>▪ Diagnóstico</li> <li>▪ Público+Representações +Parceiros</li> <li>▪ Informações sociais / culturais / econômicas / ambientais</li> <li>▪ Sistema de produção / matrizes produtivas</li> <li>▪ Fragilidades / gargalos</li> <li>▪ Demandas</li> <li>▪ Cenários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Objetivos</li> <li>▪ Estratégias</li> <li>▪ Projetos / Programas</li> <li>▪ Recursos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diagnóstico</li> <li>▪ Público+Representações +Parceiros</li> <li>▪ Informações sociais / culturais/ econômicas / ambientais</li> <li>▪ Sistema de produção / matrizes produtivas</li> <li>▪ Metodologias participativas</li> <li>▪ Demandas</li> <li>▪ Cenários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Visão de Futuro</li> <li>▪ Objetivos</li> <li>▪ Metas (atividades / práticas)</li> <li>▪ Programas / Projetos</li> <li>▪ Recursos</li> <li>▪ SISPLAN Planejamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Metas Alcançadas</li> <li>▪ SISPLAN Resultados</li> <li>▪ Relatório - Impactos da ação de Planejamento</li> </ul>

Fonte – EMATER (2007 p.33)

O tema do presente trabalho será a análise dos fatores críticos nas ações da EMATER no apoio a criação, qualificação, promoção e comercialização de rotas e roteiros turísticos, na Microrregião da Fronteira Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul, particularmente no município de Santana do Livramento, analisando o impacto destas ações na agregação de valor ao meio rural, através do Turismo Rural.

Em Santana do Livramento, a exemplo de outros municípios da Região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, ainda se preservam as tradições gaúchas no dia-a-dia das estâncias, nos rodeios e nas festas campeiras. Por ser uma região de fronteira, possui uma história rica, pois em seus campos aconteceram muitas revoluções e guerras das quais resultou o atual mapa do Estado. Nessa região, o turista conhece o Pampa Gaúcho, com suas coxilhas, onde os campos podem ser vistos até onde a vista alcança.

A culinária gaúcha com o carreteiro e a carne ovina, com seus doces, como a ambrosia e os doces em calda, os prédios históricos, os locais das batalhas, a lida com os animais, a ordenha e todas as atividades típicas das estâncias são alguns dos atrativos da região além, é claro, da hospitalidade e do chimarrão que não podem faltar. Há, também, o artesanato em lã, couro, madeira e cerâmica. com temática gaúcha. Lá, tem-se a oportunidade de realizar passeios e de assistir às

gineteadas, os tiros de laço e todas as provas campeiras que demonstram a interação e forte ligação do gaúcho e seu cavalo.

Todas estas características determinaram a criação de um dos roteiros em que Santana do Livramento está incluído, o Roteiro Turístico Caminho Farroupilha Cultura & Tradição Gaúcha, que, segundo Álvaro Machado:

“evidencia um povo forjado pela história que transformou esse pedaço de solo brasileiro em palco de lutas, crenças e tradições. A figura do gaúcho se confunde com um cenário único, da imensidão dos campos, águas fartas e muita, muita história para contar. Palco principal da Revolução Farroupilha, que por dez anos tingiu de bravura e determinação o horizonte do pampa, hoje empresta sua história para novas conquistas. Conquistas de olhares que se perdem num infinito horizonte, conquistas do tempo e das lendas que caracterizam um povo hospitaleiro e orgulhoso de seu passado, conquista de história, presente em museus, charqueadas e que permanece viva nas Estâncias Gaúchas, onde o Turismo Rural se perfuma com os cheiros característicos da culinária campeira. Conquistas de conversas junto ao fogo de chão, onde a tradição do chimarrão, passando de mão em mão, torna a todos um só povo.” (RIO GRANDE DO SUL, 2013)

O outro roteiro turístico em Santana do Livramento é o Roteiro Turístico Martin Fierro, que tem como temática central os versos da "epopéia guasca", obra do autor José Hernandez, iniciada em Sant'Ana do Livramento nos anos de 1871/1872.

Esse roteiro rural é realizado em estâncias e vinícolas na qual o turista vivencia a linguagem regional, a história da fronteira, a gastronomia as lides campeiras e as novas formas de ocupação econômica da região. O roteiro passa pelo centro da cidade, com visita a sala de exposições composta com o acervo sobre o gaúcho, a obra e autor, mapa turístico do roteiro e material de divulgação. (RIO GRANDE DO SUL, 2013)

Sobre este roteiro o presente trabalho se desenvolve, buscando suas relações com as ações da EMATER citadas anteriormente. Neste contexto, por que o Roteiro Turístico Martin Fierro não alcançou consolidação depois de 5 anos de sua criação? De que forma as ações de apoio da EMATER/RS poderiam ter auxiliado neste processo?

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo buscou identificar os fatores críticos nas ações desenvolvidas pela EMATER, de 2008 a 2012, no apoio à criação, qualificação, promoção e comercialização de rotas e roteiros turísticos, na Microrregião da Fronteira Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul, especificamente no município de Santana do Livramento e sobre o Roteiro Turístico Martin Fierro, procurando identificar possíveis avaliações formais sobre estas ações e como estas avaliações influenciaram ações posteriores de correção e melhoria nos processos de planejamento e, conseqüentemente, impactaram no valor agregado ao meio rural, seja através de renda, seja através de outras medidas de desenvolvimento econômico e social.

As evidências de uma afluência de público abaixo da projeção havida para o Roteiro Turístico Martin Fierro, apesar de todos os apelos culturais e naturais que compõem este roteiro, levam a crer que a detecção de fatores críticos que estão envolvidos nas ações de apoio da EMATER/RS acima mencionadas pode gerar conhecimento que permitirá auxiliar o uso adequado de ferramentas de gestão nos órgãos envolvidos com o turismo rural, de forma a empreender nesta região um maior desenvolvimento econômico e social através deste segmento econômico.

### 1.4 OBJETIVOS

O presente estudo tem como base de estudos as ações da EMATER no apoio a criação, qualificação, promoção e comercialização de rotas e roteiros turísticos, na Microrregião da Fronteira Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul, no município de Santana do Livramento, durante o período que estas ações passaram a fazer parte do seu planejamento estratégico, analisando o impacto destas ações na agregação de valor ao meio rural, através do Turismo Rural.

#### 1.4.1 Objetivo Geral

Este estudo tem por objetivo analisar fatores críticos nas ações da EMATER no Turismo Rural no processo de desenvolvimento de rotas e roteiros turísticos, na cidade de Santana do Livramento no Estado do Rio Grande do Sul, particularmente no Roteiro Turístico Martin Fierro, no período de 2008 a 2012.



### **1.4.2 Objetivos Específicos**

Para poder atingir o objetivo proposto, os objetivos específicos a serem realizadas neste trabalho podem ser desdobrados em:

- Identificar as ações da EMATER desenvolvidas no processo de apoio a criação, qualificação, promoção e comercialização do Roteiro Turístico Martin Fierro, em Santana do Livramento, RS;
- Identificar fatores críticos nesse processo;
- analisar o impacto dos fatores críticos no processo; e
- propor ações de melhoria que possam impulsionar de forma consistente na agregação de valor ao meio rural

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O trabalho meritório da Extensão Rural povoa os sonhos e as ambições de milhares de pessoas, que projetaram seu cotidiano em viver, morar e trabalhar na produção primária. O bem-estar dos familiares e a sustentabilidade da propriedade se tornaram metas buscadas pelos atendidos.

Essas ações são executadas pela EMATER/RS, Instituição que define as prioridades no contexto produtivo e socioeconômico do Rio Grande do Sul. Sem fazer distinções, a Instituição executa iniciativas ditadas por políticas públicas estruturantes com o apoio do Governo do Estado. As atividades institucionais estão direcionadas para ampliar oportunidades de negócios entre os atendidos, para fortalecer as várias cadeias do agronegócio, conferir responsabilidade ambiental e promover o bem-estar social.

Nesse cenário pulsa a atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural, revigorada por convênios com as prefeituras e em parceria com organizações cuja sintonia assegura a sustentabilidade do meio rural.

A EMATER/RS desempenha ações de assistência técnica, extensão rural, coleta de dados, geração de informações, gestão em planejamento, classificação e certificação de produtos e processos agropecuários, atendendo preferencialmente os públicos da agricultura familiar, bem como públicos especiais, tais como,

assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, pecuaristas familiares, indígenas e quilombolas, bem como outros segmentos do setor primário gaúcho.

A interação com a pluralidade dos segmentos e atores envolvidos no processo de desenvolvimento rural do Estado é considerada um princípio fundamental na dinâmica de trabalho da EMATER/RS.

Um dos objetivos da EMATER/RS, “Contribuir para a formulação, implantação e consolidação das políticas públicas, nos níveis federal, estadual e municipal, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar” (EMATER, 2011a, p.13), e a prioridade no fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais nas economias de base familiar, têm um destaque especial para a definição do tema deste trabalho.

## 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

A definição de “política pública” como “[...] um conjunto de ações organizadas e planejadas, realizadas com recursos públicos e que tem como objetivo atender as necessidades e demandas da população.” (DESER, 2000, p.6), baliza estas ações da EMATER/RS como a principal executora das políticas agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul.

Basicamente, é possível sustentar que as políticas públicas são uma das resultantes da atividade política e que compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos (RUA, 2009).

Segundo esta mesma autora (RUA, 2009, p.20), enfatizando o viés público e político das políticas públicas, diz:

Embora as políticas públicas possam incidir sobre a esfera privada (família, mercado, religião), elas não são privadas. Mesmo que entidades privadas participem de sua formulação ou compartilhem sua implementação, a possibilidade de o fazerem está amparada em decisões públicas, ou seja, decisões tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado.

Da mesma forma, a autora (RUA, 2009, p.21) enfatiza a necessidade de entendimento e utilização de conceitos básicos para o estudo das políticas públicas, afirmando que:

Primeiramente, é importante desenvolver a compreensão de que as políticas públicas são resultantes da atividade política e que esta consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade. Em segundo lugar, é indispensável o desenvolvimento da

capacidade de distinguir entre atividade política e entre política pública e ações e decisões privadas, ainda que estas últimas venham a ser de interesse público.

## 2.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A modernização da Administração Pública ocorrida no final do século XX, particularmente nos países ocidentais, motivou a realização de estudos de avaliações de políticas e programas públicos, assumindo grande relevância para as funções de planejamento e gestão governamentais. Este movimento foi seguido pela adoção dos princípios da gestão pública empreendedora e por transformações das relações entre Estado e sociedade.

A definição do que seja avaliação parece ser quase consensual. De acordo com a UNICEF (1990), por exemplo, trata-se do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos. O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa (COSTA e CASTANHAR, 2003, p.972, citado por CUNHA, 2006, p.6).

Ainda segundo Cunha (2006, p.1):

A avaliação pode subsidiar: o planejamento e formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implementação, suas reformulações e ajustes, assim como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações. É um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo.

Além do caráter de mensuração objetiva de resultados, a avaliação possui também aspectos qualitativos, constituindo-se em um julgamento sobre o valor das intervenções governamentais por parte dos avaliadores internos ou externos, bem como por parte dos usuários ou beneficiários. A decisão de aplicar recursos públicos em uma ação pressupõe a atribuição de valor e legitimidade aos seus objetivos, e a avaliação deve verificar o cumprimento das metas estabelecidas.

O crescente interesse dos governos nos estudos de avaliação está relacionado às questões de efetividade, eficiência, accountability e desempenho da gestão pública, já que estes estudos constituem-se em ferramenta para gestores, formuladores e implementadores de programas e políticas públicas. As avaliações de políticas e programas permitem que formuladores e implementadores tomem

suas decisões com maior conhecimento, maximizando o resultado do gasto público, identificando êxitos e superando pontos de estrangulamento (CUNHA, 2006).

A administração pública brasileira, tanto federal quanto estadual, e particularmente a do Rio Grande do Sul, recentemente tem procurado a aplicação sistemática da avaliação de programas e políticas públicas. Estas avaliações podem ser caracterizadas como avaliações intermediárias, de natureza formativa, conduzida, em sua maior parte, dentro das instituições responsáveis pelos programas, basicamente com o intuito de auxiliar e advertir aos planejadores e aos gerentes e seus colaboradores sobre problemas e necessidades de melhorias dos programas. Segundo Cunha (2006, p. 39):

Um dos ajustes é a necessidade de uma maior integração entre os processos de monitoramento e de avaliação e os outros estágios do ciclo de gerenciamento, especialmente no que está relacionado à alocação de recursos orçamentários e a tomada de decisão dos gerentes. Isto é especialmente verdadeiro no caso do Rio Grande do Sul, onde o sistema de monitoramento é separado do de avaliação, e onde há ainda um grande trabalho a ser feito na melhoria da apropriação de custos dos programas.

A avaliação de políticas públicas consiste estritamente numa avaliação formal, que é o exame sistemático de quaisquer intervenções planejadas na realidade, baseado em critérios explícitos e mediante procedimentos reconhecidos de coleta e análise de informação sobre seu conteúdo, estrutura, processo, resultados, qualidade e/ou impactos (RUA, 2009). Segundo a autora, pode-se afirmar que a avaliação formal é:

- um julgamento (porque envolve valores);
- sistemático (porque se baseia em procedimentos e indicadores reconhecidos e previamente estabelecidos);
- incide sobre o conteúdo (problemas eleitos e suas soluções), as estratégias, o desenho ou concepção (estrutura), os processos (insumos, atividades, capacidades, hierarquias de precedência e mecanismos de coordenação), produtos (preliminares, intermediários e finais), efeitos e impactos;
- uma política, programa ou projeto;
- tendo como referência critérios explícitos; e
- a fim de contribuir para o seu aperfeiçoamento, a melhoria do processo decisório, o aprendizado institucional e/ou o aumento da accountability (RUA, 2009, p. 109).

As políticas públicas direcionadas ao turismo rural não fogem deste direcionamento em relação às avaliações no sentido de aperfeiçoamento da gestão pública e privada nestes processos.

O turismo rural, ao contrário do que muitos possam imaginar, tem seu embrião no passado distante, quando guerreiros da Cidade-Estado Esparta, deslocavam-se para o interior, para descansar, fugir da Polis, recuperar forças e vivenciar experiências do cotidiano das comunidades. As atividades turísticas no meio rural são conhecidas nos Estados Unidos e na Europa desde a década de 1950. Na União Européia, com a criação do Programa LEADER2, em 1991, muitos países passaram a implementar políticas públicas de apoio ao Turismo Rural e outras atividades não-agrícolas, geradas no âmbito de estratégias de revitalização de territórios rurais. Destacam-se as iniciativas da Alemanha, Espanha, Portugal, Suíça, Suécia, França, Itália, Áustria, entre outras.

Diversos outros países vêm incentivando esse tipo de turismo como uma fórmula de criação de postos de trabalho e de valorização do patrimônio natural e histórico. Na América Latina, citam-se o Chile, a Argentina e Uruguai, nos quais existe um significativo aumento de ocupações geradas pela prestação de serviços turísticos no meio rural e, conseqüentemente, dos fluxos de turistas.

No Brasil, embora a visitação a propriedades rurais seja uma prática antiga e conhecida em algumas regiões, apenas na década de 1980 passou a ganhar status de atividade econômica. Nessa época, começou a ser encarada com profissionalismo e caracterizada como Turismo Rural, quando algumas propriedades em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, principalmente devido às dificuldades do setor agropecuário, resolveram diversificar suas atividades e receber turistas. Desde então, esse segmento vem crescendo gradativamente nas diferentes regiões do Brasil, favorecido pelas singularidades dos ciclos econômicos que as marcam e pela diversidade cultural resultante dos processos de colonização (BATHKE, 2002).

Entre essas perspectivas encontra-se a diversificação das atividades internas e externas à propriedade, envolvendo um ou mais membros da família, a qual denomina-se pluriatividade, que significa a ocupação de indivíduos das famílias em outras atividades, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas, dentro ou fora da unidade de produção, no rural ou no urbano; a partir do momento em que não se ocupam mais em tempo integral da agricultura e ficam com tempo liberado para se ocupar de outras atividades. Neste rol de novas atividades, surge o turismo rural,

que hoje já vem sendo reconhecido como uma importante alternativa para a manutenção das famílias no campo. Esta atividade vem crescendo continuamente e se destacando na discussão sobre as novas estratégias de desenvolvimento e desenvolvimento rural. (MORAES e SOUZA, 2007)

Indo mais além, a gestão dos espaços naturais, a preservação do patrimônio ecológico, paisagístico e dos valores culturais, não pode ser atribuição exclusiva do Estado ou apropriada por grupos de interesses. O turismo rural, a gastronomia, o estímulo aos produtos regionais e à indústria doméstica rural situam-se exatamente nesta perspectiva, qual seja, a de transformar os residentes rurais, agricultores e não-agricultores, em protagonistas ou sujeitos de seus próprios destinos.

A compreensão da importância de cada um destes aspectos, e de todos em conjunto, transcende as limitações economicistas, consubstancia uma visão multidimensional imprescindível para a eficácia das políticas públicas e privadas a serem implementadas ou em fase de consecução (VIEIRA e SOUZA, 2008).

Estudos vêm sendo realizados sobre em quais realidades o turismo rural se adapta e passa a ser definitivamente um vetor de desenvolvimento rural, impactando tanto na renda das famílias e comunidades envolvidas, quanto no desenvolvimento social e cultural da região.

### 2.3 ELABORAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS

Roteiro é um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística, enquanto que a rota é um percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística.

Em outras palavras, a rota é um itinerário com contexto na história, ou seja, o turismo se utiliza da história como atrativo para fins de promoção e comercialização turística. Na rota existe uma sequência na ordem dos destinos a serem visitados e possui um ponto de início e um ponto final. Ressalta-se, também, que uma rota pode contemplar vários roteiros e atravessar várias regiões turísticas (BRASIL, 2007b).

O roteiro turístico não exige uma sequência de visita, é mais flexível. Não tem um ponto inicial e um final, obrigatoriamente. O turista começa a visita de

qualquer um dos destinos. Tanto a rota turística como o roteiro turístico são elaborados para fins de promoção e comercialização. Assim, conclui-se que a região turística é a base para o planejamento e ordenamento da oferta turística existente e que rotas, roteiros e destinos podem se constituir em um produto turístico, o qual deve ser promovido e comercializado.

Podemos entender roteiro turístico como um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que fazem parte do roteiro. De forma análoga podemos entender este processo semelhante ao que se propõe este estudo no que se refere a criação, qualificação, promoção e comercialização de rotas e roteiros turísticos. (BRASIL, 2007b) (SILVA, 2010)

Partindo da definição anterior, pode-se dizer que a roteirização turística é o processo que visa propor, aos diversos atores envolvidos com o turismo, orientações para a constituição dos roteiros turísticos. Essas orientações vão auxiliar na integração e organização de atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura de apoio do turismo, resultando na consolidação dos produtos de uma determinada região. Este processo de roteirização turística, portanto, está identificado com as etapas de criação e qualificação do roteiro turístico. (BRASIL, 2007b)

De forma semelhante, Montejano (1991, p.210), citado por Weissbach (2010, p.3), define roteiro turístico, em estudo onde roteiro turístico está sendo considerado como sinônimo de itinerário turístico, percurso turístico e rota turística, tendo em vista a semelhança de conceituação entre eles, como:

[...] toda ruta que transcurre por un espacio geográfico determinado, donde se describe y especifica los lugares de paso, estableciendo unas etapas y teniendo en cuenta las características turísticas propias – naturales, humanas, histórico-monumentales – relacionadas con la zona geográfica que se recorre a nivel local, comarcal, regional, nacional e internacional; la duración; los servicios turísticos – alojamientos, medio de transporte, etc. – y las actividades a desarrollar.

### **2.3.1 Criação e qualificação do roteiro turístico**

O Brasil é um país que possui uma grande diversidade de atrativos turísticos, distribuídos por seu enorme território. Esses atrativos podem ser naturais, como praias, rios, florestas e animais, e culturais, como artesanato, culinária, festas folclóricas e outras manifestações.

Por diversos motivos, esses atrativos têm o potencial de atrair turistas para as localidades onde se encontram. Muitas pessoas, buscando lazer, saúde, cultura, aventura, entre outras finalidades, querem conhecer os inúmeros atrativos espalhados pelo país. É a partir da identificação e da potencialização dos atrativos que se inicia a organização do processo de roteirização, fazendo com que a oferta turística de uma região torne-se mais rentável e comercialmente viável.

Quando sua organização é capaz de gerar mais empregos, postos de trabalho e circulação de dinheiro, dizemos que a oferta torna-se mais rentável.

Quando são estudadas as condições para desenvolver o turismo, de modo a aproveitar o potencial dos atrativos turísticos a partir do planejamento da atividade turística, gerando desenvolvimento econômico para a região, dizemos que a oferta torna-se comercialmente viável.

A roteirização confere realidade turística aos atrativos que estão dispersos através de sua integração e organização. A roteirização auxilia o processo de identificação, elaboração e consolidação de novos roteiros turísticos e, além disso, tem como função apontar a necessidade de aumento dos investimentos em projetos já existentes seja na melhoria da estrutura atual, seja na qualificação dos serviços turísticos oferecidos.

Dessa forma, o processo de roteirização pode contribuir para o aumento do número de turistas que visitam uma região e do seu prazo médio de permanência nos destinos, estimulando, como já dissemos, a circulação da riqueza ali gerada.

Os objetivos gerais da roteirização são de estruturar, ordenar, qualificar e ampliar a oferta de roteiros turísticos de forma integrada e organizada.

Seus objetivos específicos são:

- Fortalecer a identidade regional;
- Incentivar o empreendedorismo;
- Estimular a criação de novos negócios e a expansão dos que já existem;
- Ampliar e qualificar serviços e equipamentos turísticos;



- Consolidar e agregar valor aos produtos turísticos;
- Promover o desenvolvimento regional.

Quando são atingidos os objetivos citados, os resultados esperados são o aumento da visitação, da permanência e do gasto médio do turista, o desfrute de experiências genuínas por parte dos turistas e a consolidação de roteiros turísticos mais competitivos.

Neste processo o marketing é um instrumento essencial ao processo de roteirização. Ele pode ser definido como um conjunto de técnicas utilizadas para a comercialização e a distribuição de um produto entre os diferentes consumidores. Esse conjunto de técnicas pode auxiliar os produtores de bens e serviços, no sentido de permitir que o resultado de sua produção satisfaça as necessidades e as expectativas dos seus consumidores.

A roteirização não pode deixar de levar em consideração a importância do marketing, já que sua finalidade é eminentemente mercadológica, ou seja, visa à organização e estruturação do mercado de produtos e serviços turísticos.

O marketing se faz presente em vários momentos da cadeia produtiva do turismo, desempenhando papel importante como mecanismo de articulação entre a oferta e a demanda turística.

Todas as ações de marketing voltadas para o turismo devem considerar, principalmente, quatro características próprias das atividades turísticas:

**Intangibilidade** - O consumidor não pode experimentar os produtos e serviços turísticos antes de consumi-los. A decisão de compra é tomada a partir dos compromissos assumidos pelos vendedores e pelos profissionais que prestarão os serviços. A intangibilidade decorre dessa característica de não “poder tocar”, experimentar o produto antes de sua efetiva utilização.

**Perecibilidade** - Os serviços turísticos são altamente perecíveis, já que não podem ser estocados – uma mesa vazia, hoje, em um restaurante, pode ser ocupada no dia seguinte, mas isso não significa que o prejuízo representado pelo lugar vago de hoje poderá ser recuperado. Da mesma forma, um apartamento vago em um hotel, se ocupado nos dias seguintes, não significa necessariamente a recuperação do prejuízo do dia em que ficou vazio. É essa impossibilidade de preservar seu valor, independentemente da utilização, que caracteriza a perecibilidade.

Inseparabilidade - A produção e o consumo de um serviço são simultâneos, não se podendo pensar produção, estocagem, venda e consumo como processos separados. O cliente compra o serviço que será prestado (produzido) e usufruído (consumido) ao mesmo tempo.

Variabilidade - O vendedor de um serviço não pode dar garantias de que ele será prestado de maneira uniforme e idêntica sempre. Isso vai depender dos profissionais, do local, do momento e, inclusive, da situação ou das condições em que o serviço é prestado. (BRASIL, 2007b)

Com isso podemos concluir que o marketing é ferramenta essencial em todos os passos do processo de roteirização, pois auxilia o produtor a conceber bens e serviços que satisfaçam as necessidades e expectativas do consumidor.

A elaboração dos roteiros turísticos deve ter como base a oferta turística efetiva ou a demanda turística efetiva ou potencial. Sua operacionalização deve ser feita por meio da promoção e da comercialização.

Por oferta turística efetiva, podemos entender a oferta de produtos e serviços efetivamente existente numa região. A demanda turística efetiva é a quantidade de bens e serviços efetivamente consumida pelos turistas, sendo que a demanda potencial pode ser definida como a quantidade de bens e serviços que pode vir a ser consumida em face de um determinado nível de oferta e levando-se em consideração a existência de fatores facilitadores.

Para iniciar o processo de roteirização, antes de tudo é necessário que se conheça a situação atual da região turística, e, em especial, a situação dos municípios com potencial para integrar roteiros turísticos. Para realizar essa análise situacional é necessário:

- Levantar e sistematizar informações, estudos, projetos e inventários referentes à oferta e à demanda turística;
- Identificar as linhas de financiamento existentes ou a capacidade de investimentos públicos e privados da região turística;
- Identificar a capacidade empresarial para fins de promoção e comercialização.

É justamente essa visão geral da situação da região que vai subsidiar os passos do processo de roteirização mencionados em Brasil (2007b), no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, abaixo discriminados e descritos individualmente a seguir.

- Envolvimento dos atores;
  - Definição de competências e funções;
  - Avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos;
  - Análise de mercado e definição de segmentos;
  - Identificação dos possíveis impactos socioculturais, ambientais e econômicos;
  - Elaboração do roteiro específico;
  - Levantamento das ações necessárias para a implementação do roteiro turístico;
  - Fixação dos preços a serem cobrados e teste do roteiro turístico.
- Os demais passos descritos em Brasil (2007) são:
- Qualificação dos roteiros turísticos;
  - Promoção e comercialização dos roteiros turísticos;
  - Monitoria e avaliação.

A descrição individualizada de cada um destes passos é feita a seguir, conforme Brasil (2007b).

#### 2.3.1.1 Envolvimento dos atores

Os animadores do processo de roteirização turística devem identificar as pessoas a serem envolvidas no processo, a partir dos grupos representados pelo poder público, empresários e sociedade civil. Todos estes grupos devem estar representados de maneira equilibrada para garantir que os interesses sejam considerados sob todos os aspectos.

No grupo que corresponde ao poder público, devem ser envolvidos os representantes dos órgãos governamentais municipais, estaduais e federais que se mostrarem necessários ao bom andamento do processo.

No outro grupo envolvido, dos empresários, devem ser envolvidos os profissionais da cadeia produtiva do turismo, ou seja, o conjunto de prestadores de serviços que atuam, direta ou indiretamente, nessa atividade.

Já no grupo que corresponde a sociedade civil, deve-se envolver diferentes segmentos sociais, como organizações locais, associações comunitárias, instituições de ensino, organizações não governamentais (ONGs), associações comerciais,

entre outras. Nessa etapa do processo, para o efetivo envolvimento de todos e para o sucesso do trabalho, é indispensável o desenvolvimento de ações de sensibilização e mobilização.

As ações de sensibilização e mobilização possibilitarão o repasse de informações importantes aos atores envolvidos com o processo, tais como:

- vantagens da roteirização para cada segmento social envolvido;
- ampliação do foco, do âmbito municipal para o regional;
- necessidade de mudanças na forma de se encarar a atividade turística, através da elaboração de roteiros que considerem tanto a preservação do patrimônio natural quanto do patrimônio social e cultural;
- divulgação de conceitos, com o objetivo de uniformizar terminologias como: rota, roteiro, região turística, destinos, entre outros.

Além do repasse de informações, os encontros de sensibilização e mobilização devem servir para realizar algumas ações, tais como:

- identificar e capacitar os atores que vão tomar parte no processo, independentemente de mudanças políticas e governamentais;
- conceituar e formatar um programa de atividades com o objetivo de manter a equipe de agentes motivada e mobilizada;
- formar e formalizar parcerias ou redes de cooperação entre os agentes, com o intuito de implementar roteiros ou elaborar projetos necessários ao andamento do processo.

#### 2.3.1.2 Definição de competências e funções

Trata-se de tarefa fundamental para definir os responsáveis e o método utilizado para planejar as ações que visam desenvolver e inserir um roteiro no mercado turístico. Como exemplos básicos temos:

Ministério do Turismo:

- Elaborar e disponibilizar material didático e orientações para a elaboração de roteiros turísticos;
- Articular, junto às diversas instituições governamentais e não governamentais, ações e programas convergentes, em âmbito federal;
- Prestar apoio técnico e financeiro às Unidades Federativas no processo de roteirização, conforme disponibilidade;

- Induzir e apoiar o processo de roteirização junto às Unidades Federativas;
- Apoiar a promoção, divulgação e comercialização dos roteiros turísticos;
- Definir parâmetros de qualidade dos serviços turísticos.

#### Órgãos Estaduais de Turismo:

- Divulgar orientações e disponibilizar material didático para a elaboração de roteiros turísticos, feitos pelo Ministério do Turismo;
- Articular, junto às diversas instituições governamentais e não governamentais, ações e programas convergentes, em âmbito estadual;
- Monitorar e avaliar o processo de roteirização, com base nos modelos de indicadores disponibilizados pelo Ministério do Turismo;
- Induzir e apoiar o processo de roteirização nas regiões turísticas do Estado;
- Apoiar a promoção, divulgação e comercialização dos roteiros turísticos.

#### Instância de Governança Regional:

- Promover a integração e mobilização dos agentes;
- Monitorar e avaliar os roteiros turísticos;
- Oferecer apoio técnico ao processo de roteirização, conforme disponibilidade;
- Induzir e apoiar o processo de roteirização na região turística.

#### Órgão Municipal de Turismo:

- Mobilizar e integrar os agentes locais para a participação no processo;
- Oferecer apoio técnico e financeiro, conforme disponibilidade;
- Levantar e disponibilizar informações atualizadas sobre o município;
- Dotar e zelar pela infraestrutura turística e de apoio ao turismo do município;
- Regular e ordenar a atividade turística, em âmbito municipal.

#### Parceiros:

- Capacitar empresários de micro e pequenos empreendimentos turísticos;
- Contribuir para a inovação e adequação tecnológica dos produtos turísticos, promovendo a captação de investimentos;
- Estimular a criação e consolidação de novos roteiros turísticos;
- Fomentar ações para a promoção da cultura;
- Apoiar a elaboração e promoção de roteiros;

- Desenvolver programas de qualificação e valorização de produtos e serviços ligados à cadeia produtiva do turismo;

- Qualificar a oferta turística, ajustando-a as exigências da demanda.

Iniciativa Privada:

- Criar redes de ações com empresários do setor e do poder público;

- Elaborar e gerenciar os roteiros;

- Promover e comercializar os roteiros turísticos;

- Qualificar seus produtos e serviços.

### 2.3.1.3 Avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos

Definidas as competências dos principais atores envolvidos com o processo de roteirização, podemos tratar da avaliação e hierarquização dos atrativos.

Atrativos turísticos são locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Os atrativos podem ser classificados em categorias tais como atrativos naturais, atrativos culturais, atividades econômicas, eventos programados, realizações técnicas, científicas e artísticas.

Partindo dessa categorização, podemos dizer que a avaliação e a hierarquização de atrativos permitem classificá-los a partir de seus valores específicos, bem como identificar os elementos que podem influenciar no aproveitamento turístico de cada um deles.

Os atrativos que demonstram maior potencial e melhor estrutura para recepção de turistas precisam ter prioridade na estruturação de roteiros. É a partir desse momento que o roteiro passa a ser um produto turístico com valor de mercado definido.

### 2.3.1.4 Análise de mercado e definição de segmentos

Com base nos passos tratados nos itens anteriores, deve ser realizada uma análise de mercado, visando conhecer o mercado potencial e concorrente, o potencial de competitividade e as adequações necessárias para estruturar um roteiro turístico e as novas tendências do mercado.

Com essas informações, pode ser estruturado um Plano de Negócios para o roteiro turístico.

Podemos dizer que os roteiros turísticos para se tornarem produtos competitivos e de qualidade precisam ser definidos em função da oferta turística e adequados de acordo com as necessidades e desejos de determinados tipos de turistas, com o objetivo de caracterizar segmentos turísticos específicos.

A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento e gestão e, principalmente, para fins de mercado. Podem ser estabelecidos a partir de elementos de identidade da oferta em um determinado território ou pelas características e variáveis da demanda.

Como características da demanda entendem-se a elasticidade, a sensibilidade e a sazonalidade.

Como variáveis da demanda têm-se os fatores demográficos, fatores sociológicos, fatores econômicos e fatores turísticos.

Com relação à segmentação pela oferta, podemos dizer que ela define tipos de turismo, tais como o ecoturismo, o turismo rural, o turismo de aventura, o turismo cultural, o turismo de pesca, entre outros.

A definição desses tipos de turismo é realizada a partir da existência, em um território, de certas características comuns, tais como:

- Atividades, práticas e tradições comuns (esportivas, agropecuárias, de pesca, manifestações culturais, manifestações de fé);
- Aspectos e características comuns (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais);
- Determinados serviços e infra-estrutura comuns (serviços públicos, equipamentos hoteleiros e de lazer).

A segmentação pela demanda pode ser definida pela identificação de certos grupos de consumidores, caracterizados com base em alguns fatores que determinam suas decisões, preferências e motivações.

Os produtos e roteiros turísticos, de modo geral, são definidos em função da oferta e da demanda, de modo a caracterizar segmentos turísticos específicos. Na estruturação de produtos e elaboração de roteiros, a identidade dada a cada roteiro determina o reconhecimento de sua vocação turística, levando em consideração os aspectos da oferta.

A “cara” do roteiro, portanto, é definida a partir da segmentação, possibilitando uma melhor estruturação dos produtos a serem comercializados.

Ao trabalhar segmentos e roteiros, alguns aspectos precisam ser levados em consideração:

- Exigências e necessidades do mercado turístico;
- Perfil do turista que procura a região;
- Adequação dos produtos turísticos existentes às exigências e necessidades do mercado turístico atual;
- Perfil do turista que o mercado turístico atual está preparado para atender;
- Satisfação do turista em relação aos serviços e produtos oferecidos.

Por sua vez, com relação ao mercado turístico que se espera atender, é importante que se leve em consideração os seguintes aspectos:

- Perfil do turista que o mercado local espera atender;
- Adequação e estruturação de novos roteiros;
- Capacidade empresarial local;
- Capacidade de suporte dos empreendimentos turísticos existentes para embasar as ações, com a finalidade de garantir a sustentabilidade do turismo;
- Satisfação do turista em relação aos serviços e produtos oferecidos.

#### 2.3.1.5 Identificação dos possíveis impactos socioculturais, ambientais e econômicos

Em geral, a identificação dos impactos positivos e negativos de um processo faz parte do sistema de monitoria e avaliação do mesmo.

Impacto é uma ação ou um conjunto de ações que incide sobre determinado aspecto ou situação, originando uma transformação no seu comportamento ao longo do tempo. Os impactos negativos a serem monitorados são:

Impactos ambientais - Aumentos da erosão do solo, poluição, geração de lixo, devastação dos ecossistemas locais, entre outros;

Impactos socioculturais - Descaracterização cultural, aumento da criminalidade, prostituição, entre outros;

Impactos econômicos - Aumento do custo de vida, amplo crescimento do fluxo de imigrantes, ampliação das desigualdades, entre outros.



É preciso realizar uma análise para considerar a possibilidade de ocorrência de impactos negativos. Nos casos em que essa possibilidade mostre-se real, a análise servirá como base para a tomada de decisões sobre a necessidade de se redefinir o roteiro, ou de readequá-lo com o objetivo de diminuir os impactos produzidos. Para que um produto tenha qualidade e durabilidade, é essencial que ele seja estruturado levando em consideração os princípios da sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica.

Para que os princípios da sustentabilidade sejam devidamente respeitados, o monitoramento dos impactos negativos é tarefa fundamental.

#### 2.3.1.6 Elaboração do roteiro específico

Vimos que a operacionalização do processo de roteirização tem início com o levantamento dos atrativos potenciais existentes, suas categorias e tipologias, seguido pela análise e eventual hierarquização desses atrativos.

Com isso, faz-se um estudo das possibilidades do mercado e dos recursos disponíveis, conforme o caráter comercial dos atrativos.

Num passo seguinte, vimos que precisamos identificar as vocações turísticas e, conseqüentemente, o direcionamento para um segmento de demanda específica, além de avaliar os potenciais impactos negativos ao longo do processo.

A partir daí, precisa-se estruturar o roteiro e transformá-lo em produto. Para isso, é preciso identificar as condições de viabilidade operacional do produto a ser elaborado, avaliando os seguintes pontos:

- Acessibilidade, distâncias e tempo de permanência em cada atrativo;
- Qualificação da mão-de-obra empregada;
- Oferta de equipamentos de hospedagem;
- Oferta de equipamentos de alimentação e lazer;
- Oferta de serviços de apoio, como transporte, guias, entre outros;
- Acolhimento e hospitalidade comunitária.

Nem sempre é possível colocar, num primeiro roteiro, todos os atrativos de uma região turística. É recomendável que só sejam colocados no roteiro os atrativos que realmente têm possibilidade de aproveitamento, ou seja, que estejam prontos para receber turistas.

Isso não significa a desconsideração de atrativos e recursos que não tenham sido contemplados no roteiro. À medida que forem estruturados e organizados, esses atrativos e recursos podem ser incorporados ao roteiro numa etapa posterior.

#### 2.3.1.7 Levantamento das ações necessárias para a implementação do roteiro turístico

Na elaboração de um roteiro, é preciso que se faça uma análise criteriosa das ações necessárias para a implementação do produto a ser elaborado.

Essas ações dizem respeito à infraestrutura turística e de apoio ao turismo, qualificação dos equipamentos e serviços turísticos, capacitação específica e levantamento das eventuais dificuldades para a sua implementação.

No contexto dessas ações é importante que se esteja atento para identificar alguns fatores críticos:

- As carências da região, referentes à infraestrutura turística e de apoio ao turismo;
- As necessidades de qualificação dos equipamentos e serviços turísticos;
- As necessidades de capacitação específica;
- As eventuais dificuldades para a implementação do roteiro (aspectos legais, políticos, socioculturais e ambientais).

Outra ação indispensável para a implementação do roteiro é o estabelecimento da capacidade de carga dos atrativos que o integram, bem como de todo o roteiro.

Capacidade de carga significa o nível máximo aceitável de uso de um atrativo pelo visitante, com alto nível de satisfação para os usuários e mínimos efeitos negativos para os recursos utilizados.

Alguns instrumentos são recomendados para se levantar as ações. São eles:

- Eventos, como reuniões, oficinas e seminários;
- Visitas técnicas;
- Pesquisas de campo;
- Diagnósticos anteriores;
- Consultas à comunidade.

### 2.3.1.8 Fixação dos preços a serem cobrados e teste do roteiro turístico

Tão logo o roteiro esteja definido, pode-se iniciar o seu processo de fixação dos preços a serem cobrados.

O valor final de venda deve resultar da relação entre os custos do roteiro, a lucratividade pretendida e a concorrência existente.

Os custos do roteiro são todas as despesas previstas para a existência do produto oferecido, tais como hospedagem, transporte, alimentação, serviços em geral, taxas, traslados, impostos e custos estruturais (pessoal, custos operacionais, promocionais e de propaganda).

Depois dos custos do roteiro, precisam ser definidos a margem de lucro e o comissionamento dos canais de distribuição. Não há regras para a definição dos custos estruturais, margem de lucro e comissionamento, visto que esses números sofrem a influência de vários fatores, como as condições de mercado, a concorrência, a conjuntura econômica do país, entre outros. Todo esse processo é de fundamental importância, já que o preço final é, sem dúvida, um dos fatores relevantes para identificar se o produto será aceito no mercado, assim como o perfil do consumidor que irá adquiri-lo. Antes da divulgação de um roteiro turístico, precisa ser feito um estudo para verificar se o turista identificado como consumidor potencial tem poder aquisitivo para adquirir o produto, e se seu preço está competitivo em comparação com roteiros similares oferecidos pela concorrência.

É interessante, também, que os roteiros sejam testados por meio de um laboratório experimental, que consiste numa visita técnica ao local.

Devem ser analisados os pontos fortes e fracos do roteiro e as melhorias realizadas nos serviços a serem oferecidos, antes que os roteiros sejam tratados como prontos para consumo.

A visita técnica deve ser utilizada para verificar se todo o roteiro pode ser realizado no tempo previsto, e se o tempo de permanência em determinado atrativo foi bem dimensionado na elaboração do roteiro. Precisa-se também avaliar os serviços oferecidos ao longo do trajeto e a satisfação dos visitantes com o produto oferecido. A visita técnica pode ser utilizada para verificar se todo o roteiro pode ser realizado no tempo previsto, e se o tempo de permanência em determinado atrativo foi bem dimensionado na elaboração do roteiro. Necessita-se também avaliar os

serviços oferecidos ao longo do trajeto e a satisfação dos visitantes com o produto oferecido.

#### 2.3.1.9 Qualificação dos serviços turísticos

Uma vez estruturado o roteiro, ele deve ser analisado quanto à capacidade de atender às exigências e expectativas dos turistas.

Para isso, a qualificação dos equipamentos e serviços turísticos é de fundamental importância. Podemos ressaltar duas ações importantes para essa qualificação:

- Cadastramento dos prestadores de serviços turísticos;
- Classificação e fiscalização, que verifica as aplicações dos atos legais e regulamentares, no que concerne aos padrões de qualidade dos serviços turísticos.

O controle da qualidade de equipamentos e serviços se refletirá na qualificação do roteiro, que poderá atender a públicos mais exigentes.

A capacitação dos envolvidos é a maior aliada da qualificação do roteiro, e precisa ser avaliada constantemente, inclusive quando o roteiro já estiver em operação.

Outra ferramenta importante para a qualificação é a certificação dos produtos e serviços turísticos. Essa certificação tem por objetivo identificar ou atestar a qualidade dos serviços.

Os processos de certificação podem ter como base uma avaliação dos produtos ou serviços prestados. Na prática, essa avaliação é realizada por meio de uma matriz de indicadores de qualidade social, econômica e ambiental.

Esses processos desempenham um papel importante, pois trazem mais responsabilidade e competitividade para o turismo. São caracterizados pela formulação e adoção de um plano de ações que visa ao aperfeiçoamento dos negócios.

A certificação em turismo é um desafio que precisa ser buscado e incentivado. A complexidade do processo de certificação vincula-se ao fato de o turismo, entre outras funções, atuar como meio de lazer, além de a dinâmica turística envolver um dos mais fortes setores socioeconômicos do mundo, aliada a um grande número de interesses públicos e privados na atividade turística.

Na etapa de qualificação dos serviços turísticos pode-se retomar a avaliação e a classificação realizadas durante a etapa de elaboração do roteiro, com o objetivo de atuar nos equipamentos que precisam ser melhorados. Portanto, é necessário que sejam realizados investimentos para aprimorar o grau de profissionalização do atendimento e dos prestadores de serviços.

Para isso, é necessário:

- Promover a capacitação gerencial e profissional continuada, em todos os níveis demandados;
- Aprimorar e ajustar a qualificação da oferta às exigências do mercado;
- Promover a certificação dos serviços profissionais e dos equipamentos;
- Apoiar programas de certificação ambiental, gerencial e operacional.

### **2.3.2 Promoção e comercialização do roteiro turístico**

A promoção e a comercialização de produtos se caracterizam pelo desenvolvimento de relações com o mercado, que culminarão em ações comerciais. Para isso, o poder público, a iniciativa privada e a comunidade, precisam investir (dentro de suas competências e limitações) nas estratégias de promoção e comercialização que levarão a um processo eficiente que gere aumento de competitividade e lucro. (BRASIL, 2007c)

A promoção turística é fundamental para que o roteiro torne-se conhecido e desejado, levando ao aumento da visitação, do tempo de permanência e do gasto médio do turista nos destinos brasileiros. Neste contexto, a montagem de uma estrutura sólida de comercialização é vital para que seja possível, a todos os interessados, o acesso ao produto promovido.

Quando a promoção e a comercialização são realizadas de forma integrada o resultado é um aumento do fluxo turístico, tendo como consequência imediata a geração e a ampliação de postos de trabalho e, como consequências de médio e longo prazo, a promoção da inclusão social, uma melhor distribuição de renda e a redução das desigualdades regionais e sociais.

As ações de promoção e comercialização, de acordo com Brasil (2007c), são caracterizadas por:

- Promoção de eventos;
- Participação em feiras;

- Elaboração e oferta de material promocional e publicitário;
- Criação de guias turísticos;
- Promoção de rodadas de negócios;
- Apoio às iniciativas de marketing dos empreendimentos turísticos;
- Promoção de caravanas e press trips (uma ação estratégica que tem como objetivo oferecer a jornalistas a vivência de um roteiro turístico) nacionais e internacionais;
- Estabelecimento de tarifas adequadas, conforme as diferentes épocas do ano (alta ou baixa estação), com os preços de todos os serviços incluídos, validade das propostas, observações e avisos indicados.

As metas de ampliação e diversificação da oferta turística podem ser buscadas pelo poder público em parceria com todos os níveis nas instâncias federal, estadual e municipal, e o setor privado, no que concerne à promoção e comercialização de um roteiro, visando ao desenvolvimento turístico no país como um todo.

### **2.3.3 Monitoria e avaliação**

Segundo Brasil (2007d), o acompanhamento sistemático e continuado da implementação dos roteiros e seus eventos de monitoria e avaliação deve ser orientado por um Plano de Monitoria e Avaliação.

Em um Plano de Monitoria e Avaliação, deve-se determinar indicadores específicos para os passos da roteirização e para as etapas seguintes à implementação do roteiro, a fim de possibilitar o acompanhamento de cada etapa do processo.

Indicadores são parâmetros qualificados e/ou quantificados que servem para concretizar e detalhar em que grau os objetivos de um projeto foram alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo, numa localidade específica e com os recursos previamente alocados.

Dentre os indicadores a serem selecionados estão aqueles capazes de mensurar, qualitativa e quantitativamente, os impactos positivos e os benefícios decorrentes da roteirização e implementação de roteiros turísticos. Tais produtos precisam atender às premissas básicas da sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica.

Para essas três categorias precisam ser criados indicadores específicos, capazes de mensurar as variações ocorridas, dentro de prazos definidos, em comparação com os valores básicos encontrados no início da avaliação, ou projeto. (BRASIL, 2007d)

Entre outros aspectos a serem medidos, incluem-se os impactos positivos e negativos, relativos aos impactos ambientais, socioculturais e econômicos, decorrentes da atividade turística, que precisam ser monitorados a partir da análise dos aspectos apresentados no quadro mostrado a seguir (Quadro 2)).

**Quadro 2 – Impactos positivos e negativos decorrentes de atividades turísticas**

Impactos	Aspectos positivos	Aspectos negativos
<b>Ambientais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria dos padrões de uso do solo urbano e rural na região turística.]</li> <li>• Manutenção das áreas verdes protegidas.</li> <li>• Aumento das atividades ligadas à educação ambiental.</li> <li>• Melhoria da coleta e destinação do lixo e outros resíduos sólidos.</li> <li>• Redução da poluição ambiental.</li> <li>• Manutenção da qualidade da água.</li> <li>• Melhoria da qualidade do esgotamento sanitário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Má utilização do solo e dos recursos naturais.</li> <li>• Ocupação desordenada do solo.</li> <li>• Desenvolvimento desordenado do turismo que venha a provocar degradação ambiental.</li> <li>• Aumento da poluição geral e do lixo produzido por excesso de carga ou saturação da região.</li> <li>• Poluição sonora, poluição visual causada pela propaganda.</li> </ul>
<b>Socio-culturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação da identidade cultural com resgate e valorização de atividades típicas da região (danças, música, folclore, artesanato, gastronomia etc.).</li> <li>• Aumento de ações voltadas para o resgate e preservação do patrimônio histórico e cultural (visitas a museus, monumentos etc.).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças negativas nos hábitos e padrões culturais e de consumo (alcoolismo, consumo de drogas, prostituição etc.).</li> <li>• Perda da identidade cultural pela influência externa.</li> <li>• Ampliação das desigualdades sociais.</li> </ul>
<b>Econômicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversificação e ampliação das atividades econômicas na região.</li> <li>• Aumento do fluxo e da circulação de dinheiro.</li> <li>• Aumento dos postos de trabalho, principalmente aqueles voltados às atividades da comunidade local.</li> <li>• Aumento e distribuição da renda média da comunidade local.</li> <li>• Inclusão socioeconômica dos segmentos da cadeia produtiva do turismo.</li> <li>• Aumento da demanda por produtos agrícolas locais.</li> <li>• Aumento do consumo de bens e serviços em geral pelas comunidades.</li> <li>• Aumento da competitividade dos produtos gerados no setor.</li> <li>• Contribuição do turismo para o equilíbrio da balança de pagamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da dependência local e regional da atividade turística em detrimento de outras atividades produtivas.</li> <li>• Sazonalidade da demanda turística, propiciando períodos de recessão econômica.</li> <li>• Aumento do custo de vida e especulação imobiliária.</li> <li>• Ampliação das desigualdades econômicas.</li> </ul>

Fonte – Adaptado de Brasil (2007d)

### 3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória, com perfil descritivo de dados. Utilizou-se de levantamentos bibliográficos e documentais nos arquivos da EMATER/RS relacionados aos processos de implantação de políticas

públicas relacionadas ao turismo rural, sistemas de monitoração e avaliação da eficácia de implantação destas políticas públicas e registros de ações de melhoria implementadas a partir destas avaliações. Para avaliação de política pública como estudo de caso foi utilizado o município de Sant'Ana do Livramento, que está inserido na Microrregião da Fronteira Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul, e o Roteiro Turístico Martin Fierro, que tem identificação com a cultura e os atrativos naturais da região do Pampa Gaúcho.

Também foram feitos levantamentos bibliográficos e de informações contidas em bancos de dados oficiais e de reconhecida confiabilidade, públicos ou privados, que contribuem para o entendimento do processo de inserção do turismo rural como agente de desenvolvimento econômico e social para a região. Coleta de outros dados secundários, a partir de fontes bibliográficas e documentais, reconhecidamente confiáveis, como publicações especializadas, livros, revistas, boletins e outros tipos de informação dos órgãos relacionados ao turismo (Ministério do Turismo, EMBRATUR) ou às suas áreas complementares e que tenham relação com o turismo, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi realizada.

A partir deste levantamento de dados e revisão bibliográfica foi feita a compilação, análise e avaliação destas informações para identificação de fatores críticos nos processos que envolvem as ações da EMATER/RS de apoio a criação, qualificação, promoção e comercialização de rotas e roteiros turísticos, na Microrregião da Fronteira Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul, e confecção dos questionários que foram aplicados a campo.

Foram encaminhadas pesquisas de campo de caráter qualitativo, através de entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas junto à alta administração da EMATER/RS (2 entrevistas, EMATER Central, gerência de planejamento e ex-coordenador de turismo rural, retornando 1 entrevista) e junto ao escritório regional da EMATER/RS em Bagé (1 entrevista, Escritório Regional de Bagé - ESREG, chefe do escritório regional, não retornou a entrevista) (APÊNDICE A), buscando caracterizar o engajamento destes profissionais ao processo de turismo rural estadual e regional e, em particular, aos roteiros turísticos rurais, e ao escritório municipal em Santana do Livramento (1 entrevistado, EM, Assistente Técnica Regional de Bem Estar Social/ Turismo Rural, 1 entrevista retornada) (APÊNDICE



B), buscando caracterizar as ações diretas de envolvimento deste escritório com o roteiro turístico em estudo. Também foram encaminhadas pesquisas junto aos empreendedores envolvidos no Roteiro Turístico Martin Fierro (6 entrevistas, retornaram 3 entrevistas escritas e 1 pessoalmente) (APÊNDICE C), no município de Santana do Livramento, RS, buscando evidenciar a participação da EMATER/RS no processo.

Através das informações obtidas na revisão bibliográfica, dos dados levantados nas diversas instâncias da EMATER/RS e órgãos e entidades relacionadas ao turismo rural em nível estadual e municipal e dos resultados advindos das pesquisas aplicadas, procurou-se identificar critérios utilizados para avaliação dos resultados advindos do uso do Roteiro Turístico Martin Fierro por turistas e seus reflexos nos diversos atores envolvidos no processo e, depois de analisadas e avaliadas as ações de apoio da EMATER/RS na criação, qualificação, promoção e comercialização do Roteiro Turístico Martin Fierro, foram feitas algumas indicações de melhorias nos processos que envolvem estas ações que possam determinar aumento da eficácia das mesmas na agregação de valor ao meio rural desta região.

#### **4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Segundo Emater (2011b), “a forte presença da agricultura familiar no Estado, somada a um imaginário colonial, mantém o ambiente favorável ao desenvolvimento do turismo rural.” Esta caracterização muito bem se aplica a zonas específicas da região da Serra do Rio Grande do Sul, onde o turismo rural tem avançado a passos largos devido às características locais, culturais e econômicas, que propiciam este desenvolvimento. Entretanto, o mesmo não acontece na região em estudo neste trabalho, onde o turismo rural, apesar dos apelos culturais e naturais da região, não consegue se desenvolver por diversos motivos que tolhem este desenvolvimento.

Em 2008 foram assinados dois termos de cooperação envolvendo o grupo gestor do turismo rural no Estado do Rio Grande do Sul, composto, além da EMATER/RS, pelas Secretarias do Turismo, Esporte e Lazer e de Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR-RS, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC-RS, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-RS e Federação dos

Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul – FETAG-RS, onde foi assumido o compromisso por todas estas instituições e entidades de atuarem de maneira articulada e em parceria na coordenação e avaliação sobre as ações constantes do Plano Anual de Trabalho (PATI). Todos os projetos e a captação de recursos a partir dessas ações receberiam o suporte de uma entidade âncora, o Instituto Marca Brasil, com sede em Brasília. Isto depois ser conquistada a Marca Turismo Rural Gaúcho.

A manutenção do compromisso social firmado para o desenvolvimento do Turismo Rural gaúcho e, conseqüentemente, a geração de alternativas de renda para o agricultor familiar, foi o conceito unânime entre os participantes naquele então.

O trabalho do Grupo Gestor iniciou-se radiografando o mapa do turismo rural no Rio Grande do Sul, presente em 209 produtos turísticos localizados em 117 propriedades rurais. Situados em 92 roteiros, esses produtos concentravam-se em 104 propriedades rurais cadastradas na Secretaria de Turismo do Estado.

A ordenação do segmento, promoção e estímulo à capacitação de recursos humanos e o envolvimento das comunidades rurais, permitiriam melhorar e aprimorar a oferta de serviços e o acesso à atividade. Os resultados significariam a capacitação de 24 roteiros turísticos, com a qualificação de 10 deles, nas seguintes regiões: Grande Porto Alegre, Litoral Norte, Serra, Hidrominerais, Missões, Pampa Gaúcho, Central, Vales, Costa Doce e Yucumã.

Segundo EMATER (2009), o trabalho com Turismo Rural na Regional de Bagé começou em 2005, após capacitação oferecida aos técnicos e formação dos grupos gestores Estadual e Regional de Turismo Rural.

A necessidade de uma nova fonte de renda, principalmente para o pecuarista familiar, que devido às sucessivas subdivisões das propriedades ficou com uma superfície de campo insuficiente para obtenção de resultados econômicos satisfatórios, estimulava a busca de novas alternativas. As estratégias tinham por objetivo inserir o Turismo Rural no rol das atividades econômicas promotoras de um desenvolvimento sustentável, com compromisso de preservação do meio ambiente e inclusão social.

Em 2008, dos 16 municípios da região, todos com muitas potencialidades turísticas, sete (Santana do Livramento, Lavras do Sul, Bagé, Quaraí, Manoel Viana,

São Gabriel e Caçapava do Sul) possuíam 21 produtos turísticos formatados e em comercialização.

Apesar deste marco traçado a partir desta data, os números abaixo dos relatórios oficiais da EMATER/RS de 2008 a 2012 (Tabela 1), demonstram que a ação da instituição na área do turismo rural está num crescendo, mas os esforços tem se concentrado em regiões onde o turismo rural apresenta já um desenvolvimento acentuado em detrimento daqueles com desenvolvimento incipiente.

A EMATER/RS possui 10 Regionais no Estado, sendo apenas três na metade sul do Estado. Na regional de Bagé constam apenas 6 roteiros turísticos, e em Santana do Livramento apenas 2, enquanto no Estado existem 74 roteiros. E das 1.129 famílias qualificadas no Estado, em 2011, menos de 60 foram beneficiadas na mesma regional de Bagé, o que se repete em 2012.

**Tabela 1 – Relatórios de atividades em turismo rural da EMATER/RS 2008 – 2012**

Resultados Alcançados (2008)		
Planos de Desenvolvimento Turístico	n° de planos	64
Melhoria da Infraestrutura	n° de melhorias	219
Melhoria de Atendimento ao Turista	Cursos	44
Produtos turísticos		270 / 111
Resultados Alcançados (2009)		
Ações Unidade N°		
Planos de Desenvolvimento Turístico	n° de planos	80
Melhoria da Infraestrutura	n° de melhorias	431
Melhoria de Atendimento ao Turista	eventos / famílias	200 / 50
Produtos turísticos		642 / 113
Resultados Alcançados (2010)		
Ações Unidade Número		
Planos de Desenvolvimento Turístico	famílias / planos	237 / 40
Melhoria da Infraestrutura Turística	famílias / estabelecimentos	521 / 342
Melhoria de Atendimento ao Turista	famílias / eventos	220 / 62
Produtos Turísticos	produtores / roteiros	864 / 52
Resultados Alcançados (2011)		
Municípios com a atividade		89
Planos de Desenvolvimento Turístico	famílias / planos	237 / 52
Melhoria da Infraestrutura Turística	estab. / famílias / eventos	394 / 1129 / 102
Melhoria de Atendimento ao Turista	famílias	513
Produtos Turísticos	produtores / roteiros	885 / 73
Resultados Alcançados (2012)		
Municípios com a atividade		130
Eventos Gastronômicos	pessoas / eventos	188.492 / 248
Planos de Desenvolvimento Turístico	famílias / planos	325 / 39
Melhoria da Infraestrutura Turística	estab. / famílias	380 / 860
Melhoria de Atendimento ao Turista	famílias / eventos	763 / 355
Produtos Turísticos	produtores / roteiros	973 / 74

Fonte – Adaptado de Emater (2009), Emater (2010a), Emater (2010b), Emater (2012) e dados 2013<sup>1</sup>  
<sup>(1</sup> dados não publicados, obtidos pessoalmente)

Os dados da Regional de Bagé e, particularmente, do Escritório de Santana do Livramento, apresentados na Figura 7, explicitam o quanto se deixa de investir esforço e recursos neste segmento de turismo rural na região. Mas este processo de investir não está afeto unicamente a um ator, como a EMATER que atua como

parceira, mas sim a um conjunto de atores oriundos dos grupos representados pelo poder público, empresários e sociedade civil.

**Tabela 2 – Relatório de atividades em turismo rural da EMATER/RS – Regional Bagé 2012**

Resultados Alcançados na Regional Bagé (2012)		
Municípios com a atividade		9
Eventos Gastronômicos	pessoas / eventos	5.147 / 13
Planos de Desenvolvimento Turístico	famílias / planos	0 / 0
Melhoria da Infraestrutura Turística	estab. / famílias	05 / 11
Melhoria de Atendimento ao Turista	famílias / eventos	45 / 3
Produtos Turísticos	produtores / roteiros	66 / 6
Resultados Alcançados em Santana do Livramento (2012)		
Eventos Gastronômicos	pessoas / eventos	16 / 1
Planos de Desenvolvimento Turístico	famílias / planos	0 / 0
Melhoria da Infraestrutura Turística	estab. / famílias	0 / 0
Melhoria de Atendimento ao Turista	famílias / eventos	0 / 0
Produtos Turísticos	produtores / roteiros	0 / 0

Fonte – Adaptado de Emater dados 2013<sup>1</sup> (<sup>1</sup> dados não publicados, obtidos pessoalmente)

Das respostas aos questionários dos 4 empreendedores locais e da EMATER Santana do Livramento se depreende que nos processos iniciais e básicos da criação do Roteiro Turístico Martin Fierro, em estudo, a EMATER, por iniciativa própria ou não, se manteve alijada destas ações e isto pode ter tido uma influência decisiva no insucesso do empreendimento, visto que esta instituição tem conhecimentos e relacionamentos no meio rural estratégicos para o planejamento e implementação de ações desta envergadura.

Esta realidade coloca em cheque as ações da EMATER neste setor do turismo rural na região em estudo, visto que não bastam ações isoladas no contexto para a implementação de políticas públicas porque o processo envolve fatores econômicos, sociais e culturais bem mais amplos e complexos.

E a criação e operacionalização de rotas e roteiros turísticos é apenas uma das diversas ferramentas no processo de implementação e sucesso das políticas públicas e privadas no setor do turismo rural. O monitoramento e avaliação

sistemática destas ações, dentro de suas complexidades, é que podem determinar o sucesso na execução destas políticas direcionadas ao turismo rural.

#### 4.1 AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Um dos fatores básicos para o sucesso neste processo é a avaliação das ações que são realizadas na busca da implementação das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo rural em toda a sua amplitude de alcance social, econômico, cultural e de sustentabilidade no meio rural.

Siman (2005) cita que o processo de implementação de políticas públicas tem que ser discutido já no processo de formulação e proposição destas políticas, inclusive envolvendo os atores daquele processo para que haja uma produção efetiva das mesmas. A autora afirma que resultados de vários diagnósticos de políticas públicas detectam diversos problemas que surgem durante a implementação destas causando impactos nos resultados de programas implementados e, citando Nogueira (1998), descreve estes problemas agrupados em três dimensões, institucional, organizacional e ambiental.

No turismo rural, a dimensão institucional deixa evidente que a falta de clareza dos objetivos, metas e estratégias, a diversidade de organismos, programas e instituições na implementação das políticas e a incompatibilidade entre a natureza da política a ser implementada e as técnicas de gestão e formas de organização do trabalho, são fatores que podem afetar a ação da EMATER/RS nas suas funções de apoiadora na implementação das políticas nesta atividade no Rio Grande do Sul.

De forma semelhante na dimensão organizacional, a excessiva burocratização dos processos de implementação, deficiência de comunicação entre os diversos executores e atores, ausência de informações confiáveis e suficientes para efetiva monitoração e avaliação do processo de implementação, além de problemas inerentes às organizações no que diz respeito a motivação dos agentes, incentivos a melhorias no processo de gestão e mesmo formas de remuneração, podem ser fatores determinantes da baixa eficácia da EMATER/RS no processo que deveria ser implementado na região em estudo da Fronteira Gaúcha, concernente ao turismo rural, e particularmente em relação aos roteiros turísticos..

Isto se evidencia na dimensão ambiental com a dificuldade descrita pelos públicos-alvo destas políticas em participar do processo pela falta de informação ou mesmo de influência e organização pelo distanciamento entre os centros de decisão e executores das políticas públicas. Todos os 4 empreendedores entrevistados foram unânimes em evidenciar estes aspectos, inclusive em relação às possíveis ações da EMATER/RS, relatando o desconhecimento da mesma como apoiadora na execução destas políticas públicas. Este aparente desconhecimento parece implicar em um distanciamento deste público-alvo da EMATER/RS bem como das diversas organizações responsáveis pela implementação das políticas públicas relacionadas ao turismo rural, desde a proposição de ações até a real execução das mesmas.

Foram encontradas evidências do monitoramento dos resultados das ações desenvolvidas pela EMATER/RS na implementação de políticas públicas, seja através dos seus relatórios de atividades, seja através de informações de uso interno, em todas as regiões de atuação. Entretanto, não há evidências formais, seja através de relatórios, seja através de documentos internos, de avaliação sistemática destas ações, particularmente em relação ao turismo rural, de forma a determinar os impactos que essas ações possam ter tido sobre os grupos-alvo para os quais as mesmas estavam direcionadas, seja na instância econômica, social, cultural ou ambiental. Isto se confirma na resposta ao questionário a que foi submetida o nível de chefia, onde o entrevistado, se referindo aos processos formais de medição e avaliação de desempenho, diz:

“Varia de acordo com o processo de compromissos pactuado pelos atores sociais e os mediadores. Normalmente ocorre uma avaliação anual entre os participantes onde se recomendam as melhorias dos roteiros e se busca implementar as sugestões dos turistas.”

E na sequência, em relação aos processos formais de sugestão/aplicação de melhorias baseados nestas medições e/ou avaliações, responde:

“Sim. Há roteiros (normalmente os consolidados) que já tem estabelecido processos de avaliação e correções de rumos e estratégias. Entretanto, outros não têm (cuja experiência mostra que com o passar do tempo terminam).”

Isto indica que não há um plano estruturado de monitoria e avaliação de ações direcionadas ao turismo rural, e sim processos pontuais de avaliação.

As respostas aos questionários encaminhados à EMATER/RS, em seus distintos níveis de decisão e execução, e os relatórios pesquisados, indicam que não

há programas estruturados e sistemáticos de avaliação dos resultados das ações, mas sim apenas de monitoramento de resultados e de discussão de algumas ações específicas de qualificação do público-alvo e redirecionamento de atividades. Entretanto, não foram identificados outros critérios de avaliação utilizados para análise das ações implementadas pela EMATER/RS neste sentido, ou mesmo para identificação da falta delas. O único critério que envolve roteiro turístico na avaliação de ações da EMATER/RS no Turismo Rural diz respeito ao atingimento numérico de metas propostas em relação a número de roteiros e famílias atendidas, sem a qualificação de eficiência ou eficácia ao menos em relação a estes resultados.

As entrevistas com os 4 empreendedores indicam isto, através das respostas aos questionários, pelo desconhecimento das ações da EMATER/RS, bem como uma comunicação falha ou falta de retorno da mesma a respeito das poucas ações desenvolvidas em relação ao turismo rural.

#### 4.2 ROTEIROS TURÍSTICOS NA MICRORREGIÃO DA FRONTEIRA DO RS

Os benefícios proporcionados às comunidades rurais e urbanas do entorno através do turismo rural, devidamente planejado, pela diversificação de atividades, alternativas de rendas, diminuição do êxodo rural, intercâmbio cultural, consciência ecológica, sustentabilidade ambiental, e outros, pode modificar o perfil de desenvolvimento destas comunidades. (ZIMMERMANN, 1996, p.27).

Entretanto, o turismo rural sem o devido planejamento pode trazer consequências negativas a médio e longo prazo sobre a comunidade local, que podem tornar-se frequentes e até mesmo irreversíveis. (DIAS, 2003, p.28).

A análise da participação da EMATER/RS como precursora ou apoiadora em cada passo da criação, qualificação, promoção e comercialização do Roteiro Turístico Martin Fierro, em Santana do Livramento, auxilia na identificação de fatores críticos neste processo.

O conhecimento da situação atualizada da região turística proposta para o roteiro é uma das características que a EMATER/RS tem. Entretanto pelas declarações do entrevistado do escritório regional de Santana do Livramento, a



instituição parece ter permanecido a margem da análise situacional, uma vez que isto teria sido feito com a ação do SEBRAE e Secretaria Municipal do Turismo de Santana do Livramento. E neste sentido a EMATER/RS poderia ter apoiado de forma consciente e qualificada quando do levantamento e sistematização das informações básicas referentes a oferta e demanda turística.

Aparentemente outras identificações e avaliações prévias em relação as linhas de financiamento existentes, a capacidade de investimentos públicos e privados neste tipo de empreendimento e a capacidade empresarial para fins de promoção e comercialização foram insuficientemente exploradas, apesar de serem a base de sucesso para a implantação de um roteiro.

Também a participação de grupos representativos das diversas instâncias do poder público, empresários relacionados aos serviços possíveis dentro do roteiro e sociedade civil para garantir que seus interesses fossem considerados no planejamento e criação do roteiro parece ter sido insuficientemente explorada segundo declarações dos entrevistados. Com o efetivo envolvimento de todos estes atores, a elaboração do roteiro, considerando tanto a preservação do patrimônio natural quanto do patrimônio social e cultural, com eficácia de logística e prestação de serviços, poderia ser obtido e implantado de forma qualificada.

Nessa etapa do processo, para o efetivo envolvimento de todos e para o sucesso do trabalho, é indispensável o desenvolvimento de ações de sensibilização e mobilização. Isto permitiria identificar e capacitar os atores que fazem parte no processo, independentemente de mudanças políticas e governamentais;

A definição clara das competências e funções não parece ter sido bem implementada, impedindo de definir responsabilidades entre os diversos atores e também as metodologias para o planejamento das ações.

A EMATER/RS, que é considerada uma parceira num processo como este, tem, entre outras responsabilidades, estimular a criação e consolidação de novos roteiros turísticos, fomentar ações para a promoção da cultura, apoiar a elaboração e promoção de roteiros, e desenvolver programas de qualificação e valorização de produtos e serviços ligados à cadeia produtiva do turismo. A evidência de ações no caso deste roteiro se encontra mais no desenvolvimento de programas de qualificação de produtos e serviços, apresentando poucas evidências de ação nos demais quesitos.

A elaboração do Roteiro Turístico Martin Fierro foi uma das primeiras ações do Projeto de Desenvolvimento Turístico do Pampa Gaúcho, e representava mais uma ferramenta que a região teria para buscar um incremento no fluxo turístico. O roteiro além de apresentar um produto específico da região que contempla quatro propriedades rurais, Estância da Glória Turismo Rural, Estância Cerros Verdes, Pousada Vento Aragano, Fazenda Palomas Turismo Rural, e duas vinícolas, Vinhedos Almadén e Vitivinícola Cordilheira de Sant'Ana, sendo que cada um dos empreendimentos trabalha com um enfoque específico, apresenta também a base histórica na obra do escritor argentino José Hernandez, considerada uma obra-prima do gauchismo, que foi concebida no seu início quando o escritor morou em Santana do Livramento, nos anos de 1871 e 1872. O roteiro tem seu núcleo central na cidade. Lá ficam a sala de exposições composta de acervo sobre o gaúcho e sobre a obra e o poeta argentino. O roteiro também passa pela casa na qual José Hernandez se hospedou em seu exílio em Santana do Livramento, mesmo local onde nasceu o folclorista gaúcho Paixão Côrtes, que fez um dos textos promocionais do roteiro.

Do estudo e análise de mercado não obtivemos informações e evidências junto aos arquivos da EMATER/RS, sendo relatado pelos entrevistados que o mesmo foi executado conjuntamente com o SEBRAE/RS antes da implantação e lançamento do roteiro em 2008. Entretanto, diante da afirmativa de um dos empreendedores de que “o uso do roteiro ao longo dos anos até o presente tem sido praticamente nulo, sendo as visitas dos turistas aos empreendimentos feitas mais de forma direta e isolada a cada um deles, do que o percorrido do roteiro como um todo”, indica o processo de descaracterização do roteiro como ferramenta de atratividade turística.

Um dos pontos críticos levantados a respeito é o problema de deslocamento e logística pelo roteiro, tanto pelas distâncias a serem percorridas quanto pelas condições precárias de parte das estradas de acesso.

Não se evidenciou por documentação ou informação pessoal que tivesse sido realizada uma análise considerando a ocorrência de impactos negativos. Esta análise serviria como base para a tomada de decisões sobre a necessidade de se redefinir ou readequar o roteiro com o objetivo de diminuir os impactos produzidos.

Alguns aspectos na viabilização operacional do produto Roteiro Turístico Martin Fierro parece ter pontos críticos nos aspectos referentes a acessibilidade,

distâncias e tempo de permanência em cada atrativo, oferta de equipamentos de hospedagem e oferta de serviços de apoio como transporte, guias e outros.

A precificação do roteiro parece estar de acordo com o mercado pelo que cada empreendimento oferece separadamente, entretanto, não se tem um preço de oferta do roteiro como um todo.

Segundo os 4 empreendedores entrevistados, o roteiro foi testado tanto por visitas dos demais empreendedores quanto por meio de laboratório experimental, através de visitas técnicas locais, para verificar se todo o roteiro poderia ser realizado no tempo previsto, e se o tempo de permanência em determinado atrativo havia sido bem dimensionado na elaboração do roteiro.

A qualificação dos equipamentos e serviços turísticos é um dos pontos fortes da EMATER/RS, juntamente com a qualificação da mão-de-obra e dos produtos rurais ligados ao turismo, entretanto no caso deste roteiro as iniciativas neste sentido foram aparentemente insuficientes por parte da EMATER/RS, e as que houveram foram pontuais e por demanda específica de um ou outro empreendedor.

As ações de promoção e comercialização foram restritas a participação em feiras, com a divulgação do material ilustrado na Figura 5, que é a principal peça publicitária do roteiro.



Neste processo de promoção o apoio da EMATER/RS se caracterizou pela divulgação nas feiras regionais que participa do material ilustrado citado, onde está caracterizada a identificação do poema Martin Fierro, de autoria de Jose Hernandez, com a alma gaúcha característica do Pampa Gaúcho e informações gerais sobre o roteiro.

Esta ação fica caracterizada também nas respostas das diferentes instâncias da EMATER/RS, onde a identificam como uma das formas de promoção dos roteiros turísticos.

A comercialização do roteiro parece ter sido prejudicada muito mais pela dificuldade operacional do roteiro (distâncias e tempo dedicado a deslocamentos) do que propriamente pelas tarifas praticadas.

Não ficou evidenciado nenhum tipo de acompanhamento sistemático e continuado da implementação do roteiro e seus eventos de monitoria e avaliação através de um plano de monitoria e avaliação.

## **5. CONCLUSÕES**

A EMATER/RS tem entre outros o objetivo de “Contribuir para a formulação, implantação e consolidação das políticas públicas, nos níveis federal, estadual e municipal, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar”. Neste contexto encontra-se o turismo rural, e uma das ações da EMATER/RS para a consecução desta atividade no meio rural envolve diretamente o apoio à criação, qualificação, promoção e comercialização de rotas e roteiros turísticos.

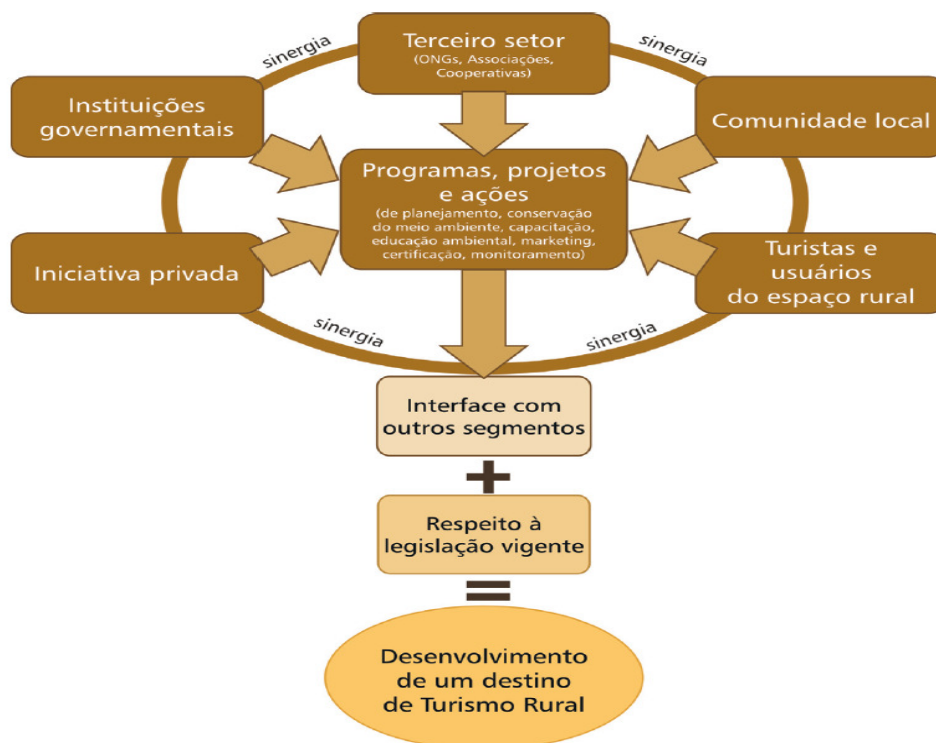
Os resultados advindos das pesquisas bibliográficas e documentais, reforçam os resultados das pesquisas feitas, caracterizando que, particularmente na região em estudo, além das características inerentes à cultura individualista do produtor da fronteira, a deficiência de ações comprometidas com alguns fatores críticos na implementação de roteiros turísticos, nas três instâncias envolvidas, poder público, empreendedores e empresas privadas de apoio e sociedade civil, tem determinado o insucesso do Roteiro Turístico Martin Fierro.

Os pontos críticos no processo de apoio da EMATER/RS na criação, qualificação, promoção e comercialização de roteiros turísticos coincidem com os

passos para a roteirização no turismo rural propostos pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2007b). Dentre estes pontos críticos os que mais parecem se destacar nas ações da EMATER/RS referem-se aos que antecedem o processo de estruturação do roteiro, visto que a EMATER/RS tem conhecimentos e relacionamentos essenciais que podem facilitar e tornar mais preciso o processo de planejamento dos mesmos, e isto tem se comprovado no sucesso das rotas e roteiros em que a EMATER/RS tem se envolvido diretamente no processo de planejamento e estruturação dos mesmos, a exemplo dos roteiros da região da Serra do RS.

Entretanto, convém ressaltar que o processo de roteirização e perpetuação do roteiro é fruto de ações conjuntas do poder público, setor privado e sociedade civil. Este envolvimento é que dá consistência ao roteiro e permite sua sustentabilidade, pela qualificação imprimida à sua estruturação pela participação e comprometimento de todos estes atores, conforme Brasil (2010) identifica na figura 9, quando se refere aos destinos do turismo rural.

**Fig. 6 – Interrelações entre os diversos atores e setores dos destinos de Turismo Rural.**



Fonte – Adaptado de Brasil (2010)

No entanto, somente com uma avaliação crítica das ações desenvolvidas, determinando pontos de melhorias nestas ações, é que podem levar ao efetivo sucesso nos resultados advindos das ações e com isto na efetiva implementação das políticas públicas planejadas.

E esta avaliação crítica tem que ser efetuada de forma sistemática através de um plano de monitoria e avaliação das ações, e um programa eficaz de implementação de melhorias nos processos.

O alinhamento no planejamento e execução entre os setores público e privado para a efetiva implementação de políticas públicas é uma necessidade para que se ampliem os benefícios do turismo rural para o desenvolvimento do meio rural.

Também há a necessidade de que se invista mais em pesquisas e estudos científicos em turismo rural e de mercado para que se possa ter uma base mais segura para investimentos neste setor tanto por parte do poder público, quanto por parte da iniciativa privada, que é a mola propulsora para que o turismo rural realmente se efetive como política de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

APA DO IBIRAPUITA. **Plano Nacional do Turismo**. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/plano\\_nacional\\_turismo\\_2007\\_2010.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf)> Acesso em: 10 out 2012.

BATHKE, Maria Eliza Martorano. **O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola**. Estudo de caso – Fazenda Água Santa – São Joaquim – SC. 2002. 150 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo – Marcos Conceituais**. Brasília, 2006. 56 p.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional do Turismo**. Brasília, 2007a. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/plano\\_nacional\\_turismo\\_2007\\_2010.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf)> Acesso em: 10 out 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Módulo Operacional 7 Roteirização Turística/ Ministério do Turismo**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007b. 51 p. il. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/modulox20operacional\\_7\\_roteirizacao\\_turistica.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/modulox20operacional_7_roteirizacao_turistica.pdf)> Acesso em: 17 mar 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Módulo Operacional 8 Promoção e Apoio à Comercialização / Ministério do Turismo**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007c. 72 p. il. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/modulo\\_operacional\\_8\\_promocao\\_e\\_apoio\\_a\\_comercializacao.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/modulo_operacional_8_promocao_e_apoio_a_comercializacao.pdf)> Acesso em: 18 abr 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Módulo Operacional 9 Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa / Ministério do Turismo**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007d. 112 p. il. Disponível em: <[http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/monitoriaavaliacao\\_turismo.pdf](http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/monitoriaavaliacao_turismo.pdf)> Acesso em: 18 abr 2013.



\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm)> Acesso em: 10 out 2012.

\_\_\_\_\_. Programa de Regionalização do Turismo. Roteiros do Brasil. **Mapa da Regionalização do Turismo 2009.** Brasília, 2009. Disponível em:  
<[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo/downloads/regionalizacao/Mapa\\_2009.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads/regionalizacao/Mapa_2009.pdf)> Acesso em: 10 out 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 68p.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7381, de 02 de dezembro de 2010.** Regulamenta a Lei no 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atto2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atto2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm)> Acesso em: 10 out 2012.

CISNE, Rebecca de Nazareth Costa; GASTAL, Susana. **A produção acadêmica sobre Roteiro Turístico. Um debate pela superação.** In: VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - 10 e 11 de setembro de 2009. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi – UAM, 2009.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de políticas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil.** Trabalho elaborado durante o curso “The theory and operation of a modern national economy”, ministrado na George Washington University, no âmbito do Programa Minerva, 2006. Disponível em:  
<[http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Avaliacao\\_de\\_Politicas\\_Publicas\\_e\\_Programas\\_Governamentais.pdf](http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Avaliacao_de_Politicas_Publicas_e_Programas_Governamentais.pdf)> Acesso em: 10 out 2012.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. (DESER). **Desenvolvimento municipal e gestão social das políticas públicas.** Curitiba: DESER, 2000. n. 113, p. 1-27 (Encarte especial).

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil.** São Paulo; Atlas, 2003.

ECKERT, Córdula; TRINDADE, Luis Alberto. **Orientações para elaboração de projetos.** Porto Alegre : EMATER/RS-ASCAR, 2007. 41 p.

EMATER. Rio Grande do Sul / ASCAR; SBROGLIO, Maria de Lourdes et al. (Colab.). **Relatório de atividades: 2008**. Porto Alegre: EMATER, 2009. 85 p. il.

\_\_\_\_\_. SBROGLIO, Maria de Lourdes et al. (Colab.). **Relatório de atividades : 2009**. Porto Alegre, EMATER, 2010a. 128 p. il.

\_\_\_\_\_. SBROGLIO, Maria de Lourdes et al. (Colab.). **Relatório de atividades : 2010**. Porto Alegre, EMATER, 2010b. 116 p. il.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR: a gestão do processo de planejamento**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2011a. 61 p.

\_\_\_\_\_. **Plano anual de trabalho da EMATER/RS-ASCAR: 2012**. 2. ed. rev. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2011b. 75 f. (Série Relatórios).

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades : 2011**. Porto Alegre, EMATER/RS-ASCAR, 2012. 156 p. il.

MORAES, Cléia dos Santos; SOUZA, Marcelino de. Turismo rural, renda e bem-estar: Estudo com agricultores familiares no município de Salvador do Sul, RS. In: **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XIV, Jan – Dez de 2007.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 12.845, de 26 de novembro de 2007**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/Legis/Arquivos/12.845.pdf>> Acesso em: 10 out 2012.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DO TURISMO. **Rotas e Roteiros**. Porto Alegre: Secretaria do Turismo, 2013. Disponível em <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=4&opt=>>>. Acesso em: 02 mai 2013.

RIO GRANDE DO SUL / FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul: 2012-2015 / FGV Projetos**. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2012. 86 p. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/uploads/1338828656Plano.pdf>> Acesso em: 18 out 2012.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 130p. : il.

SEVERINO, Susana & TOMASULO, Simone. **Planos Estratégicos Municipais de Turismo do Estado de Santa Catarina - Roteiros Turísticos Regionais: um estudo**. In: Revista Turismo em Análise. São Paulo: USP, 2012. Vol. 23, n. 2, p. 408-436

SILVA, Eridiane Lopes da. **O Pampa e a APA do Ibirapuitã. Estratégias e ações para a sustentabilidade.** Santana do Livramento: Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã/ICMBio/MMA, 2011. Disponível em:

<<http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/ebook02/Artigo%202.pdf>> Acesso em: 18 abr 2013.

SILVA, Glaubécia Teixeira da. **Roteiro turístico / Glaubécia Teixeira da Silva, Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo.** Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. 66 p. il., tabs.

SIMAN, Angela Maria. **Políticas Públicas: a implementação como objeto de reflexão teórica e como desafio prático.** 2005. 349 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp009595.pdf>> Acesso em: 15 nov 2012.

VIEIRA, Elias Medeiros; SOUZA, Marcelino de Souza. Análise de políticas públicas: o turismo rural como vetor do desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar. In: **3º Encontro da Rede de Estudos Rurais.** GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar. Campina Grande: UFCG, 2008.

WEISSBACH, Paulo Ricardo Machado. **Roteiros Turísticos. Definindo uma base conceitual.** In: XV Seminário Interinstitucional UNICRUZ. Cruz Alta: UNICRUZ, 2010.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo Rural: um modelo brasileiro.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1996. Disponível em: <<http://www.zimmermann.com.br>> Acesso em: 18 abr 2013.

**APENDICE A**  
**QUESTIONÁRIO PARA A EMATER/RS – GERENCIAS E CHEFIAS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**  
**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**

Solicito a gentileza de responder as perguntas pertencentes a este Instrumento de Coleta de Dados, que tem por objetivo estudar o processo de criação, qualificação, promoção e comercialização do Roteiro Turístico Martin Fierro, em Santana do Livramento, RS.

Obrigado, Gaspar Santana!

**Identificação**

1. Nome do entrevistado:
  
2. Idade:
  
3. Sexo                   ( ) Masculino   ( ) Feminino
  
4. Estado civil       ( ) Solteiro(a)   ( ) Casado(a)   ( ) Viúvo(a)   ( ) Outro
  
5. Escolaridade:   ( ) Primário   ( ) Secundário   ( ) Superior   ( ) Outro
  
6. Cargo que exerce na EMATER/RS:

**Roteiro Turístico Martin Fierro**

7. Como ocorrem os processos de criação e qualificação de Roteiros Turísticos oficiais no âmbito do turismo rural em que a EMATER/RS participa?
8. Qual a participação da EMATER/RS neste contexto?
9. Como foi é a participação dos demais envolvidos nestes processos?
10. Como a EMATER/RS participa do processo de promoção e comercialização dos roteiros turísticos oficiais?
11. Quais as formas de divulgação dos roteiros?
12. Estas atividades estão atreladas a alguma política pública específica? Qual?
13. Existe algum processo formal de medição e/ou avaliação de desempenho da atividade turística destes roteiros?
14. Existem processos formais de sugestão/aplicação de melhorias nestas atividades baseados nestas medições e/ou avaliações?

**APENDICE B**  
**QUESTIONÁRIO PARA A EMATER/RS – SANTANA DO LIVRAMENTO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**  
**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**

Solicito a gentileza de responder as perguntas pertencentes a este Instrumento de Coleta de Dados, que tem por objetivo estudar o processo de criação, qualificação, promoção e comercialização do Roteiro Turístico Martin Fierro, em Santana do Livramento, RS.

Obrigado, Gaspar Santana!

**Identificação**

1. Nome do entrevistado:
  
2. Idade:
  
3. Sexo                   ( ) Masculino   ( ) Feminino
  
4. Estado civil       ( ) Solteiro(a)   ( ) Casado(a)   ( ) Viúvo(a)   ( ) Outro
  
5. Escolaridade:   ( ) Primário   ( ) Secundário   ( ) Superior   ( ) Outro
  
6. Cargo que exerce na EMATER/RS:

**Roteiro Turístico Martin Fierro**

7. Como ocorreu a criação e qualificação do Roteiro Turístico Martin Fierro?
8. Qual a participação da EMATER/RS neste contexto?
9. Como foi a participação de cada um dos envolvidos?
10. Como a EMATER/RS participa do processo de promoção e comercialização deste roteiro turístico?
11. Quais as formas de divulgação do roteiro?
12. Esta atividade está atrelada a alguma política pública específica? Qual?
13. Existe algum processo formal de medição e/ou avaliação de desempenho da atividade turística deste roteiro?
14. Existem processos formais de sugestão/aplicação de melhorias neste roteiro baseados nestas medições e/ou avaliações?

**APENDICE C**  
**QUESTIONÁRIO PARA OS EMPREENDEDORES RURAIS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**  
**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**

Solicito a gentileza de responder as perguntas pertencentes a este Instrumento de Coleta de Dados, que tem por objetivo estudar o processo de criação, qualificação, promoção e comercialização do Roteiro Turístico Martin Fierro, em Santana do Livramento, RS.

Obrigado, Gaspar Santana!

**Identificação**

1. Nome do entrevistado:
  
2. Idade:
3. Sexo                   ( ) Masculino   ( ) Feminino
4. Estado civil       ( ) Solteiro(a)   ( ) Casado(a)   ( ) Viúvo(a)   ( ) Outro
5. Escolaridade:   ( ) Primário   ( ) Secundário   ( ) Superior   ( ) Outro
6. Nome da propriedade:
  
7. Localização



**Roteiro Turístico Martin Fierro**

15. Como ocorreu a criação e qualificação do Roteiro Turístico Martin Fierro?
16. Qual a participação da EMATER/RS neste contexto?
17. Como foi a participação de cada um dos envolvidos?
18. Como a EMATER/RS participa do processo de promoção e comercialização deste roteiro turístico?
19. Quais as formas de divulgação do roteiro?
20. Esta atividade está atrelada a alguma política pública específica? Qual?
21. Existe algum processo formal de medição e/ou avaliação de desempenho da atividade turística deste roteiro?
22. Existem processos formais de sugestão/aplicação de melhorias neste roteiro baseados nestas medições e/ou avaliações?